



**66ª Assembleia Geral Ordinária**

**Proposta da Administração**

## Sumário Executivo

1. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 25 de abril de 2019 .....	03
2. Parecer do Conselho Fiscal sobre a remuneração dos administradores.....	05
3. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos Administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital.....	06
4. Informação sobre a Remuneração dos Administradores .....	07
5. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR.....	22
6. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio .....	23
7. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio .....	24
8. Informações aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2018, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio .....	27
9. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho Fiscal ...	33
10. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração .....	42
11. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia.....	49



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 66ª ASSEMBELIA**  
**GERAL ORDINÁRIA – AGO DO BANCO DO**  
**NORDESTE DO BRASIL S.A.**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178

Companhia Aberta  
Assembleia Geral Ordinária  
Edital de Convocação

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 25 de abril de 2019, às 11 horas, no mini-auditório do Centro de Treinamento de sua sede, na Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Passaré, CEP 60.743-902, Fortaleza-CE, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

**Assembleia Geral Ordinária:**

(1) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e resumo do relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social findo em 31/12/2018; (2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2018, constituição de reserva legal e estatutária e distribuição de juros sobre o capital próprio; (3) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (4) eleger os membros do Conselho de Administração; (5) fixar a remuneração dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria e Comitê de Capital e Riscos; (6) fixar valores a serem alocados ao FUNDECI e FDR.

**Instruções gerais:**

1. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede deste Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Gabinete da Presidência, Bloco B2 subsolo, preferencialmente, até 24 horas antes da realização da Assembleia. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia munidos dos documentos hábeis de identidade.
2. Os acionistas também poderão exercer o voto por meio do boletim de voto a distância, conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da Instrução CVM nº 481/2009 e alterações, cujas orientações de envio pelos acionistas estão expressas no documento disponibilizado no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e na página da rede mundial de computadores do Banco do Nordeste - [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Os boletins deverão ser enviados aos seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia.

3. Os membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal deverão atender aos requisitos constantes na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, bem como não poderão estar enquadrados em nenhuma das vedações previstas nos mesmos dispositivos legais.

4. Os acionistas minoritários poderão encaminhar previamente à data da realização da Assembleia, à sede do Banco do Nordeste, Gabinete da Presidência, Bloco B2 subsolo, os nomes dos membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal, como seus representantes, juntamente com os formulários padronizados constantes no link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/publicacoes-empresas-estatais>, devidamente preenchidos e assinados, bem como a respectiva documentação comprobatória das informações, para fins de verificação do atendimento das condições e requisitos previstos na forma da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pelo Comitê de Remuneração e Elegibilidade do Banco do Nordeste do Brasil. Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios, conforme estabelece o §2º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. O indicado também deverá apresentar declaração de que não incorre em nenhuma hipótese de vedação, nos termos do formulário padronizado, conforme dispõe o §3º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Caso não sejam submetidos antecipadamente ao Comitê de Remuneração e Elegibilidade na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, referidos formulários e documentos serão verificados pela secretaria da Assembleia no momento da eleição, nos termos do Artigo 22, § 4º, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Conforme dispõe o *caput* do art. 30 do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, os requisitos e as vedações para administradores e Conselheiros Fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas nomeações e nas eleições.

5. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas na sede do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Ambiente de Mercado de Capitais, Bloco D2 superior, onde poderão ser consultados em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 horas e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

6. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos junto ao Ambiente de Mercado de Capitais, por meio dos telefones (85) 3299-5049 ou (85) 3251-5362.

Fortaleza-CE, 12 de março de 2019.

**JEFERSON LUIS BITTENCOURT**  
Presidente do Conselho de Administração

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A  
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E  
CONSELHEIROS**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à conformidade dos valores referentes à remuneração dos administradores e conselheiros da instituição realizados no período de abril a dezembro de 2018 e previstos de janeiro a março de 2019, no montante total de R\$ 7.054.770,96 (sete milhões, cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta reais e noventa e seis centavos), em comparação com o limite global da remuneração aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/03/2018, fixada em R\$ 11.212.131,35 (onze milhões, duzentos e doze mil, cento e trinta e um reais e trinta e cinco centavos).

Fortaleza (CE), 12 de março de 2019.

**CONSELHO FISCAL**

**Frederico Schettini Batista**

Presidente

**Carlos Henrique Soares Nuto**

Conselheiro

**José Mário Valle**

Conselheiro

**Igor Montezuma Sales Farias**

Conselheiro

**FIXAÇÃO DO LIMITE GLOBAL DA  
REMUNERAÇÃO PARA OS DIRIGENTES DO BNB,  
PERÍODO – ABRIL DE 2019 A MARÇO DE 2020**

Senhores Acionistas,

O inciso V do artigo 10 e o caput do artigo 19 do Estatuto Social, estabelecem que compete à Assembléia Geral fixar a remuneração dos administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital.

Assim, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2019 a março de 2020, em R\$ 11.719.714,17 contemplando Diretoria Executiva e Conselho de Administração, definindo-se que para a Diretoria Executiva estão incluídos honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), gratificação de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, plano de saúde, previdência complementar, auxílio moradia nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999, INSS, FGTS, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA).

Em consonância com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, propõe-se, também, que seja fixado limite, para o período de abril/2019 a março/2020, para os dispêndios com a remuneração do Comitê de Auditoria, no total de R\$ R\$ 1.705.461,81, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos seus membros, com a observância desse limite. Para o Comitê de Riscos e de Capital, previsto na Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, propõe-se a fixação do limite de R\$ 1.279.096,36.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: gratificação de férias; auxílio alimentação; seguro de vida em grupo; plano de saúde; previdência complementar; auxílio moradia nos termos do Decreto nº 3.255, de 19.11.1999; remuneração por impedimento (quarentena remunerada); auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA). Ressalva-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 25 de abril de 2019.

DE ACORDO (Diretoria e Conselho de Administração):

Visto:

---

**Sérgio Brilhante de Albuquerque Jr**  
Coordenador

**INFORMAÇÕES – ANEXO 24, Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009.**

**ITEM 13 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:**

2324

### **Remuneração dos administradores**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>25</sup>

a. objetivos da política ou prática de remuneração

*Remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador, por se tratar de empresa de economia mista com controle acionário do Governo Federal.*

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

*Existem cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:*

*DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):*

- Honorários – verba representativa do pró-labore;*
- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;*
- Gratificação de Natal - equivalente ao 13º salário;*
- Auxílio Alimentação – verba destinada a subsidiar a alimentação do trabalhador;*
- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os trabalhadores;*
- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa;*
- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.*
- Remuneração Variável Anual (RVA) – é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.*
- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.*
- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.*
- Remuneração por impedimento (quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva,*

---

<sup>25</sup> As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

*dependente de aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR;*

- *Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Resolução 2.565, de 21/05/1973, da Diretoria do Banco.*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:**

- *Honorários – destina-se a remunerar a participação dos conselheiros em reunião mensal desses colegiados.*

**COMITÊ DE AUDITORIA:**

- *Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração;*

**COMITÊ DE RISCO E DE CAPITAL:**

- *Honorários – destina-se a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e*

**COMITÊ DE REMUNERAÇÃO E ELEGIBILIDADE:**

- *Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para este Comitê.*

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

*Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.*

<b>Remuneração</b>	<b>Proporção (%)</b>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA (I)</b>	<b>100</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>75,0300</b>
Honorários	49,4800
Gratificação Natalina	8,3400
Adicional de Férias	1,0300
Abono Pecuniário de Férias	-
Auxílio Alimentação	1,0400
Seguro de Vida	0,0800
Auxílio Moradia	0,6100
INSS	10,7100
FGTS	3,7400
<b>Remuneração variável</b>	<b>18,6300</b>
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	18,6300
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>4,0600</b>
Caixa Médica e de Previdência	4,0600
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>2,2800</b>
Quarentena	2,2800
Auxílio Transferência	0,0000



<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>	<b>100</b>
<b>Honorários</b>	<b>100</b>
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>	<b>100</b>
<b>Honorários</b>	<b>100</b>

### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

*O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de Abril do ano corrente a Março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração.*

- *Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembléia Geral.*
- *Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores.*
- *Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente.*
- *Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente.*
- *Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, à base de 2,5% (dois e meio por cento) do valor dos honorários, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total da contribuição devida. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente ao plano a que esteja associado, fora da empresa, ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC.*
- *Auxílio Moradia – valor do aluguel, limitado a R\$ 1.800,00, na forma do Decreto 3.255, de 19/11/1999.*
- *Remuneração Variável Anual (RVA) – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas para 2018, que balizam a distribuição, estão registrados no Item 13.1 “c”*
- *INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.212.*
- *FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036, de 11/05/1990.*
- *Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.*
- *Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários.*

### iv. razões que justificam a composição da remuneração

*A remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador que a submete à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas. A remuneração do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o Comitê de Remuneração e Elegibilidade.*

### v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

*A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é de*

responsabilidade do emissor, definida no Estatuto Social da empresa. Não há previsão, no Estatuto da empresa, de remuneração para o Comitê de Remuneração e Elegibilidade, por se tratar de prática do mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há programa de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração e Elegibilidade não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição. A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual- RVA, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2018, para distribuição em 2019, prevê 3 níveis de avaliação, a saber:

**AVALIAÇÃO INDIVIDUAL (Peso 0,10):**

Presidente: avaliado pelo Conselho de Administração ; e  
Demais Diretores: avaliados pelo Presidente.

**AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS**

<b>DIRETORIA ESPECÍFICA</b>	<b>INDICADORES</b>	<b>MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>PESO</b>
Presidência	Condução Institucional (CI)	%	100	0,10
Diretoria de Administração	Índice de Conclusão do Processamento Noturno - ICPN	%	91	0,10
Diretoria de Planejamento	Municípios da área de atuação do Banco atendidos com pelo menos 2 aplicações FNE-Empresarial (FNE-Munic)	%	80	0,10
Diretoria de Ativos de Terceiros	Captação de Recursos – Fundos de Investimentos (FI)	R\$ milhões	3.465.200	0,10
Diretoria de Controle e Risco	Conformidade dos Produtos Certificados - BNB (CPC)	%	94	0,10
Diretoria Financeira e de Crédito	Regularização de Dívidas (RD)	R\$ milhões	2.600	0,10
Diretoria de Negócios	Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)	R\$ milhões	7.992.980	0,10

**AVALIAÇÃO CORPORATIVA**

<b>INDICADORES</b>	<b>MEDIDA</b>	<b>META</b>	<b>PESO</b>
Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL)	%	23,14	0,14
Índice de Eficiência (IEf)	%	77,56	0,14
Qualidade do Crédito (QC)	%	83,60	0,14
Contratação do FNE (FNE)	%	97,78	0,14
Aplicações do CrediAmigo (CRMG)	%	103,19	0,14
Avaliação CGPAR (AC)	Nota	8	0,05
Índice de Conformidade SEST (IC)	Pontos	430	0,05

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo. Será atribuída uma pontuação a cada indicador, correspondente ao percentual de alcance da meta, aplicado a partir de 80% até o máximo de 100%, mesmo que ultrapassado esse limite. Abaixo de 80% de alcance da meta não haverá pontuação.

### CÁLCULO DO VALOR INDIVIDUAL DA RVA

O valor individual da RVA será dado pela seguinte formulação:

**Total  $\sum (F_{pi} \times P_i) \times H$  , em que:**

- "i" denota o indicador respectivo;
- "Pi" corresponde ao peso atribuído ao indicador; e
- "Fpi" é o Fator de Pagamento associado ao percentual de cumprimento das metas de cada indicador conforme Tabela I deste Anexo
- "H" corresponde ao número de honorários aprovados pela SEST para o ano base

Complementarmente ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA, desde que alcançada, pelo menos, 95% das metas de todos os indicadores e medido na forma da tabela abaixo:

Tabela I - Gradação de Pagamento	
Cumprimento de cada meta	Fator de Pagamento (Fpi)
>120%	150%
≤120% e >110%	120%
≤110% e >105%	110%
≤105% e >104%	105%
≤104% e >103%	104%
≤103% e >102%	103%
≤102% e >101%	102%
≤101% e >100%	101%
100%	100%
<100% e ≥ 99%	99%
<99% e ≥ 98%	98%
<98% e ≥ 97%	97%
<97% e ≥ 96%	96%
<96% e ≥ 95%	95%
<95% e ≥ 90%	75%
<90% e ≥ 80%	50%
<80%	-

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

*A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.*

*Não há programa de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial. O Comitê de Remuneração e Elegibilidade não tem previsão estatutária de qualquer tipo de retribuição.*

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

*A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual (RVA), a depender do alcance de metas por indicadores, como descrito no item 13.1.c acima.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para a vinculação da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital a objetivos de curto, médio ou longo prazo.*

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

*Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital*

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

*Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria ou do Comitê de Riscos e de Capital*

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>26</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
  - i. remuneração fixa anual, segregada em:
    - salário ou pró-labore
    - benefícios diretos e indiretos
    - remuneração por participação em comitês
    - outros
  - ii. remuneração variável, segregada em:
    - bônus
    - participação nos resultados
    - remuneração por participação em reuniões e comissões
    - outros
  - iii. benefícios pós-emprego
  - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
  - v. remuneração baseada em ações<sup>27</sup>
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária<sup>28</sup> e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>29</sup>

*Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2016 a 2019.*

Remuneração	2016	2017	2018	2019 (*)
<b>DIRETORIA (I)</b>	<b>6.634.392,30</b>	<b>6.232.878,87</b>	<b>7.056.774,43</b>	<b>11.189.802,82</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>4.687.503,29</b>	<b>4.236.283,53</b>	<b>5.295.046,96</b>	<b>5.680.248,91</b>

<sup>26</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>27</sup> Este campo deve ser preenchido de acordo com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, conforme normas contábeis que tratam do assunto.

<sup>28</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>29</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Honorários	3.351.752,27	3.230.109,02	3.491.818,54	3.748.267,72
Gratificação Natalina	282.037,75	-	588.724,33	312.355,64
Adicional de Férias	49.859,25	88.286,01	72.883,94	104.118,55
Abono Pecuniário de Férias	57.251,37	-	0,00	0,00
Auxílio Alimentação	78.428,11	78.401,14	73.152,65	86.564,18
Seguro de Vida	3.440,20	4.227,25	5.339,50	7.496,54
Auxílio Moradia	27.000,00	50.400,00	43.200,00	151.200,00
INSS	607.390,40	592.029,85	755.912,07	937.066,93
FGTS	230.343,94	192.830,26	264.015,93	333.179,35
<b>ii. remuneração variável</b>	<b>851.859,39</b>	<b>1.009.073,62</b>	<b>1.314.867,86</b>	<b>1.797.207,09</b>
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	851.859,39	1.009.073,62	1.314.867,86	1.797.207,09
<b>iii.benefícios pós-emprego</b>	<b>218.609,95</b>	<b>225.738,20</b>	<b>286.255,12</b>	<b>588.790,39</b>
Caixa Médica e de Previdência	218.609,95	225.738,20	286.255,12	588.790,39
<b>iv.benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>876.419,68</b>	<b>761.783,52</b>	<b>160.604,49</b>	<b>3.123.556,43</b>
Quarentena	384.969,39	597.966,76	160.604,49	1.874.133,86
Auxílio Transferência	491.450,29	163.816,76	0,00	1.249.422,57
<b>Número de Membros</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Número de Membros remunerados</b>	<b>7,33</b>	<b>6,82</b>	<b>6,67</b>	<b>7,00</b>
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>	<b>325.052,93</b>	<b>328.800,28</b>	<b>375.981,56</b>	<b>529.911,35</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>325.052,93</b>	<b>328.800,28</b>	<b>375.981,56</b>	<b>529.911,35</b>
Honorários	325.052,93	328.800,28	375.981,56	529.911,35
<b>Número de Membros</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Número de Membros remunerados</b>	<b>6,08</b>	<b>6,25</b>	<b>6,08</b>	<b>6,00</b>
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>	<b>300.780,39</b>	<b>277.043,35</b>	<b>323.107,44</b>	<b>355.304,54</b>
<b>i. remuneração fixa</b>	<b>300.780,39</b>	<b>277.043,35</b>	<b>323.107,44</b>	<b>355.304,54</b>
Honorários	300.780,39	277.043,35	323.107,44	355.304,54
<b>Número de Membros</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Número de Membros remunerados</b>	<b>5,25</b>	<b>5,08</b>	<b>5,42</b>	<b>5,00</b>
<b>TOTAL GERAL (I + II + III)</b>	<b>7.260.225,62</b>	<b>6.838.722,50</b>	<b>7.755.863,43</b>	<b>12.075.018,72</b>

- OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2016 a 2018 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.
2. Os valores de 2019 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão orçamentária para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 66ª AGO, em abril/2019. A remuneração do Conselho Fiscal, incluída acima apenas para acompanhamento, não integra o montante informado naquele documento.
3. A quantidade de membros informada é a definida no estatuto para cada colegiado.;
4. A quantidade de membros remunerada foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.
5. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) de que trata o item 13.12 é paga apenas em caso de término do mandato de diretor e o auxílio transferência é pago apenas no de início ou fim de mandato de diretor, caso resida fora da sede do Banco.
- 6 A rubrica Abono Pecuniário de Férias, por orientação do Órgão Controlador, foi excluída da Remuneração dos diretores, a partir de abril/2016.
- 7 A rubrica Gratificação Natalina deixou de ser paga no ano de 2017, em decorrência do Acórdão TCU-2600/2016-Plenário, de 11/10/2016, porém seu pagamento foi retomado em 2018 em decorrência do proferimento, por parte do TCU, do Acórdão 374/2018, de 28.02.2018. No ano de 2018 foi também paga a parcela devida relativa ao exercício de 2017.

**13.3.** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>30</sup>:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e) em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

*A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1. "c". Não há previsão de bônus para administradores. O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.*

<i>Remuneração</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>851.859,39</b>	<b>1.009.073,62</b>	<b>1.314.867,86</b>
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados (RVA)</b>	<b>851.859,39</b>	<b>1.009.073,62</b>	<b>1.314.867,86</b>
- Valor máximo previsto	851.859,39	1.009.073,62	1.314.867,86
- Valor mínimo previsto			
- Valor vinculado a metas	851.859,39	1.009.073,62	1.314.867,86
- Valor reconhecido no resultado	851.859,39	1.009.073,62	1.314.867,86
<b>Número de Membros</b>	7	7	7
<b>Número de Membros Remunerados</b>	13	20	12

<sup>30</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	0	0	0
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Número de Membros</b>	6	6	6
<b>Número de Membros Remunerados</b>	0	0	0
<b>CONSELHO FISCAL</b>	0	0	0
<b>Bônus</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Participação nos Lucros ou Resultados</b>	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0
<b>Número de Membros</b>	5	5	5
<b>Número de Membros Remunerados</b>	0	0	0

*Obs.: Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2016 a 2018 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício.*

**13.4.** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação

- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

*A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista no Estatuto da empresa, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador, conforme descrito no item 13."c"1, sendo 50% dessa remuneração atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração variável do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.*

**13.5.** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>31</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações
  - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
    - em aberto no início do exercício social
    - perdidas durante o exercício social
    - exercidas durante o exercício social
    - expiradas durante o exercício social
- e) valor justo das opções na data de outorga
- f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

**13.6.** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>32</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados

---

<sup>31</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

<sup>32</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.



- d) em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
  
- e) em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações.*

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

**13.7.** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- e) em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

*Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.*

**13.8** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação

*A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2018 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor*

*patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente à AGO.*  
*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

- d) forma de determinação da volatilidade esperada

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

*Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.*

**13.9** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão<sup>33</sup>

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES – na forma da Instrução CVM 358, em 31/12/2010.**

<i>Órgão</i>	<i>Qtd. Ações ordinárias</i>	<i>Qtd. Ações Preferenciais</i>
<i>Conselho de Administração</i>	<i>06</i>	<i>0</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>3.600</i>	<i>0</i>
<i>Diretoria Executiva</i>	<i>10</i>	<i>0</i>

*As ações detidas pelos conselheiros e Diretoria Executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.*

**13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão
- número de membros
- número de membros remunerados

<sup>33</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

*A empresa patrocina, desde 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva podem se associar.*

*O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.*

	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho de Administração</b>
Número de membros	<b>7</b>	<b>6</b>
Número de Membros Remunerados	<b>7</b>	<b>0</b>
Nome do Plano	<i>Plano CV I – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF</i>	-
Membros aptos a se aposentar	<b>1</b>	<b>0</b>
Condições para aposentadoria antecipada	<i>Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da Lei Complementar 108, de 29/05/2001.</i>	-
Valor acumulado de contribuições até o exercício	<b>1.839.711,70</b>	<b>0</b>
Valor contribuições 2018, descontada a contribuição paga pelos administradores	<b>212.946,46</b>	<b>0</b>

*Obs.: No Número de Membros Remunerados acima foram indicados os optantes pelo plano de previdência oferecido a todos os membros dos colegiados estatutários.*

**13.11** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal<sup>34</sup>:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) número de membros remunerados
- d) valor da maior remuneração individual
- e) valor da menor remuneração individual
- f) valor médio de remuneração individual

*Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.*

<b>Remuneração</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA (I)</b>				
<i>- maior remuneração individual</i>	920.779,13	928.879,42	843.352,57	1.149.235,58
<i>- menor remuneração individual</i>	800.353,82	763.021,45	428.190,44	910.014,59
<i>- remuneração média individual anual</i>	926.589,64	906.768,12	826.239,35	1.065.171,50
<b>Número de Membros</b>	7	7	7	7

<sup>34</sup> Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

<b>Número de Membros Remunerados</b>	6,83	7,33	6,92	6,67
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)</b>				
- maior remuneração individual	67.142,28	69.911,90	50.452,50	74.649,19
- menor remuneração individual	67.142,28	53.572,74	50.452,50	58.107,18
- remuneração média individual	52.820,01	53.433,36	52.608,04	56.045,14
<b>Número de Membros</b>	6	6	6	6
<b>Número de Membros Remunerados</b>	5,56	6,08	6,25	6,08
<b>CONSELHO FISCAL (III)</b>				
- maior remuneração individual	62.347,80	65.626,12	61.804,30	71.181,23
- menor remuneração individual	50.896,23	53.572,44	50.452,50	57.144,55
- remuneração média individual	54.899,58	57.291,50	54.536,09	59.613,92
<b>Número de Membros</b>	5	5	5	5
<b>Número de Membros Remunerados</b>	5,22	5,25	5,08	5,42

Observações: 1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.  
2. O valor da maior remuneração considera todos os membros que exerceram o mandato no período.  
3. A quantidade de membros remunerados foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

**13.12** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

*O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a percepção dos honorários do cargo que exercia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa mantenha relações de negócios, observada a aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.*

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

*Todas as despesas referidas no quadro do item 13.2 foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.*

ÓRGÃO	2016	2017	2018
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	-		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	62%	51%	46%
CONSELHO FISCAL (III)	56%	64%	56%

Observação: Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.

**13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

*Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.*

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

*Todas as despesas dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.*

**13.16** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

*Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.*



**FIXAÇÃO DOS VALORES A SEREM ALOCADOS**  
**AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,**  
**CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO -**  
**FUNDECI E AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO**  
**REGIONAL - FDR**

Srs. Acionistas,

Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) operacionalizados por meio dos recursos Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI), principal instrumento da política de PD&I do Banco do Nordeste, e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com vistas a contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, qualificação técnica de profissionais da região e principalmente para o fomento à inovação, fortalecendo a base tecnológica da Região, visando identificar soluções de entraves dos setores produtivos, aumentando sua competitividade e, assim, reduzindo o risco financeiro das atividades financiadas pelo Banco.

Para o exercício de 2019, é proposta a alocação de novos recursos no valor de R\$ 3,8 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI) e R\$ 1,2 milhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 25 de abril de 2019.

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE**  
**DISTRIBUIÇÃO DE JCP**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referentes ao exercício de 2018, no valor de R\$ 186.128.751,54, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE DIVIDENDOS PARA PAGAMENTO SOB A  
FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Em Reais 1,00</b>
	<b>31.12.2018</b>
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>725.503.289,07</b>
2. Reserva Legal Constituída (-)	36.275.164,45
3. Ajustes Credores em LPA (+)	135.598.537,17
4 Ajustes Devedores em LPA (-)	82.784.996,24
5. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA (+)	176.690,44
<b>6. Base de Cálculo de Dividendos/JCP (Lucro Líquido Ajustado – LLA)</b>	<b>742.218.355,99</b>
<b>7. JCP Brutos Propostos no Exercício (R\$ 2,1549796995 por ação)</b>	<b>186.128.751,54</b>
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	574.162,55
<b>9. JCP Líquidos (imputados aos Dividendos) (item 7- item 8)</b>	<b>185.554.588,99</b>
10. JCP antecipados corrigidos pela taxa SELIC	54.642.006,08
11. JCP complementares brutos (correspondentes a 1,5223401268 por ação) (item 7 - item 10)	131.486.745,46
<b>12. JCP complementares líquidos correspondentes a 1,5176046033 por ação</b>	<b>131.077.731,36</b>
13. JCP Líquidos de IR (imputados aos Dividendos) em relação ao LLA [(item 9/(item 6)] em %	25,00
14. JCP Brutos em relação ao LLA [(item 7/(item 6)] em %	25,07735763

Fortaleza (CE), 12 de março de 2019.

**CONSELHO FISCAL**

**Frederico Schettini Batista**

Presidente

**Carlos Henrique Soares Nuto**

Conselheiro

**José Mário Valle**

Conselheiro

**Igor Montezuma Sales Farias**

Conselheiro

**PROPOSTA AOS ACIONISTAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E  
PAGAMENTO SOB A FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO  
IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO DE 2018, CONSTITUIÇÃO DE  
RESERVA LEGAL E RESERVA ESTATUTÁRIA**

Senhores Acionistas,

De acordo com o artigo 45, do Estatuto Social do Banco, cabe ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício social.

Segundo preceitua a Lei Nº. 6.404/76, as sociedades por ações, de capital aberto devem distribuir em cada exercício um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a **25%** da base de cálculo ali definida, apurada a partir do ajustamento do lucro líquido contábil.

Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado em 2018, está sendo proposta a distribuição de Dividendos no valor de R\$ 186.128.751,54, que representa R\$ 2,1549796995 por ação do capital social. Deduzindo-se o valor de R\$ 54.642.006,08, referente à antecipação de dividendos, atualizados monetariamente, resulta um importe bruto de R\$ 131.486.745,46 para pagamento de JCP complementares do exercício, que serão imputados ao dividendo proposto, pelo valor líquido de R\$ 131.077.731,36, conforme demonstrado no Quadro 1 a seguir:

**QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DE DIVIDENDOS PARA PAGAMENTO  
SOB A FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Em Reais 1,00</b>
	<b>31.12.2018</b>
<b>1. Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>725.503.289,07</b>
2. Reserva Legal Constituída (-)	36.275.164,45
3. Ajustes Credores em LPA (+)	135.598.537,17
4 Ajustes Devedores em LPA (-)	82.784.996,24
5. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA (+)	176.690,44
<b>6. Base de Cálculo de Dividendos/JCP (Lucro Líquido Ajustado – LLA)</b>	<b>742.218.355,99</b>
<b>7. JCP Brutos Propostos no Exercício (R\$ 2,1549796995 por ação)</b>	<b>186.128.751,54</b>



8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	574.162,55
<b>9. JCP Líquidos (imputados aos Dividendos) (item 7- item 8)</b>	<b>185.554.588,99</b>
10. JCP antecipados corrigidos pela taxa SELIC	54.642.006,08
11. JCP complementares brutos (correspondentes a 1,5223401268 por ação) (item 7 - item 10)	131.486.745,46
<b>12. JCP complementares líquidos correspondentes a 1,5176046033 por ação</b>	<b>131.077.731,36</b>
13. JCP Líquidos de IR (imputados aos Dividendos) em relação ao LLA [(item 9/(item 6)] em %	25,00
14. JCP Brutos em relação ao LLA [(item 7/(item 6)] em %	25,077357632

---

Assim, a proposta prevê a distribuição, no exercício, de Dividendos para pagamento sob a forma de JCP brutos de **R\$ 186.128.751,54**, que corresponde a 25,077357632% sobre o lucro líquido ajustado sendo R\$ **185.554.588,99** de JCP, líquidos de IR, imputados aos Dividendos do Exercício, correspondente a 25,00% do lucro líquido ajustado, estando o valor dos Dividendos/JCP dentro do limite de dedutibilidade permitido pela legislação fiscal.

Levando-se em conta o pagamento antecipado de Dividendos/JCP no primeiro semestre, atualizado monetariamente, de R\$ 54.642.006,08, o valor complementar do benefício, líquido de IR, importa em **R\$ 131.077.731,36** a ser pago aos acionistas titulares das ações ordinárias componentes do Capital Social do Banco.

Propõe-se, ainda, de acordo com o inciso I, do art. 45, do Estatuto Social, a constituição de Reserva Legal no importe de **R\$ 36.275.164,45**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições do artigo 193, da Lei 6.404/76. 07. Da mesma forma, em obediência ao artigo 47, do Estatuto Social, tendo em vista que após a distribuição do resultado do exercício remanesceu R\$ **556.089.604,54**, propõe-se a constituição de Reservas Estatutárias – Reserva para Margem Operacional, com as finalidades estabelecidas no Estatuto Social.

Diante do exposto, a Administração do Banco do Nordeste, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias e, ouvido o Conselho Fiscal, propõe o pagamento de Dividendos sob a forma JCP do exercício, constituição de Reserva Legal e de Reserva Estatutária conforme exposto nesta proposição.

Ressalte-se que, no período compreendido entre a data do encerramento do balanço e a data do efetivo pagamento, os Dividendos/JCP terão incidência de encargos financeiros equivalentes à variação da taxa SELIC, consoante o parágrafo 10º do artigo 45, do Estatuto Social do Banco.

Sobre o valor dos JCP incide imposto de renda na fonte para os acionistas não imunes ou isentos, à alíquota de 15%. De acordo com o item V da Deliberação CVM Nº. 207/96, os juros poderão ser imputados ao dividendo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, a fim de evitar qualquer perda financeira aos referidos acionistas em virtude da mudança na sistemática de sua remuneração.

Os JCP complementares serão pagos em até 18 dias úteis após a deliberação da Assembleia, da seguinte forma: por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no Banco do Nordeste; por caixa; e sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que as ações negociadas até 25.04.2019 farão jus aos JCP complementares declarados; e a partir de 26.04.2019, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-juros sobre o capital próprio.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 25 de abril de 2019.

De Acordo

José Alan Teixeira da Rocha  
Superintendente de Controle Financeiro

De Acordo (Diretoria e Conselho de Administração):

**INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018, CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP), NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17.12.2009.**

1. Informar o lucro líquido do exercício  
- O Lucro líquido do Exercício de 2018 foi de R\$ 725.503.289,07
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Montante em R\$	Valor por Ação em R\$
Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	186.128.751,54	2,1549796995
<b>Total</b>	<b>186.128.751,54</b>	<b>2,1549796995</b>

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor - R\$	% s/Base dos JCP
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>725.503.289,07</b>	-
(-) Reserva Legal	36.275.164,45	-
(-) Ajustes Devedores em LPA	82.784.996,24	-
(+) Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	176.690,44	-
(+) Ajustes Credores em LPA	135.598.537,17	-
<b>Base de Cálculos dos Dividendos e JCP</b>	<b>742.218.355,99</b>	-
<b>Valor bruto dos JCP pagos e a pagar</b>	<b>186.128.751,54</b>	-
<b>Total bruto de JCP</b>	<b>186.128.751,54</b>	<b>25,07735763</b>
<b>Imposto de Renda na fonte sobre JCP</b>	<b>574.162,55</b>	-
<b>Valor líquido de JCP imputado ao Dividendo</b>	<b>185.554.588,99</b>	<b>25,00</b>

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores  
- No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
- O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Descrição (*)	Montante em R\$	Valor por Ação -R\$
JCP complementares do exercício	131.486.745,46	1,5223401268
Dividendos complementares do exercício	-	-
<b>Total</b>	<b>131.486.745,46</b>	<b>1,5223401268</b>

(\*) O Capital Social do Banco é representado, na sua totalidade, por ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

- A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
  - Os JCP complementares serão pagos em até 18 dias úteis após a aprovação na AGO convocada para 25.04.2019, da seguinte forma:
    - por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no BNB;
    - por caixa; e
    - sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à B3 S/A, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.
- Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
  - Os Dividendos Complementares sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio(JCP) complementares serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.
- Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
  - 25 de abril de 2019.

**Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:**

- . as ações negociadas até 25.04.2019 farão jus aos JCP complementares declarados; e
- . a partir de 26.04.2019, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-juros sobre o capital próprio”.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- **Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do 1º semestre/2018: R\$ 53.536.884,39, atualizado monetariamente pela variação da Taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31.12.2018, consoante Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, resultando em R\$ 54.642.006,08.**

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

- **29 de agosto de 2018**

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2018	31.12.2017(*)	31.12.2016	31.12.2015
Montante do Lucro Líquido	725.503.289,07	716.385.241,55	732.070.489,94	305.722.879,17
Lucro Líquido por ação	8,40	8,29	8,48	3,54

(\*) Valores reapresentados

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Montante de Dividendos	-	-	-
Dividendos por ação ordinária	-	-	-
Montante de JCP	165.014.188,38	175.047.663,38	73.369.960,95
JCP por ação ordinária	1,910517441	2,02668399	0,849469923

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

- **O montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 36.275.164,45.**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

- **A constituição da reserva legal está prevista no estatuto do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da Reserva Legal era de R\$ 307.691.090,22, o que equivalia a, aproximadamente, 10,8% do capital integralizado do Banco na mesma data.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

- **O Banco não possui ações preferenciais**

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

- **O Banco não possui ações preferenciais**

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

- **O Banco não possui ações preferenciais**

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

- **O Banco não possui ações preferenciais**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

- **25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da Lei, para o pagamento de dividendos.**

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

- **O Banco está pagando integralmente o dividendo mínimo obrigatório, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP).**

c. Informar o montante eventualmente retido

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

- **O Banco não possui dividendos retidos.**

- c. Justificar a retenção dos dividendos
- **O Banco não possui dividendos retidos.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
  
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
  
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**
  
- d. Justificar a constituição da reserva
- Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências.**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**
  
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- **Em consonância com a legislação, o Artigo 47 do Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do saldo do lucro líquido, após as distribuições estatutárias:**
- **reserva para equalização de Dividendos Complementares, com a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos, cujo valor corresponderá à aplicação do percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro remanescente, limitado a 20% do capital social; e**

- reserva para margem operacional, com a finalidade de assegurar margem operacional compatível com o desenvolvimento com as operações do Banco, no percentual de até 100% (cem por cento) do lucro remanescente, até o limite de 80% do capital social;

b. Identificar o montante destinado à reserva

- No exercício de 2018, foi destinado o montante de R\$ 556.089.604,54.

c. Descrever como o montante foi calculado

- **Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do Lucro Líquido do exercício, acrescido da Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA) e de Ajuste Credores em LPA e deduzido da Reserva Legal, de Ajustes Devedores em LPA e da destinação para pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

- **Não há proposta de retenção de lucros.**

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

- **Não há proposta de retenção de lucros.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**

b. Explicar a natureza da destinação

- **Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais.**



A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho Fiscal, efetivo e suplentes, com mandato até a Assembleia Ordinária de 2021.

**CONSELHO FISCAL**

<b>NOME - Titulares</b>	<b>NOME - Suplentes</b>	<b>Órgão representação</b>
FREDERICO SCETTINI BATISTA	HERICK MARQUES CAMINHA JÚNIOR	Tesouro Nacional
FABIANO DE FIGUEIREDO ARAÚJO	ALEXANDRA MARIA CARVALHO CARNEIRO	Ministério da Economia
ANDRÉ CASTRO DA SILVA	---	Ministério da Economia
CARLOS HENRIQUE SOARES NUTO	JOÃO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO	Representante dos Minoritários
JOSÉ MÁRIO VALLE	CLÁUDIO HENRIQUE SANGAR	Representante dos Minoritários

-----  
**FREDERICO SCETTINI BATISTA**

**Nascimento:** 22/12/1973

**Profissão:** Analista de Finanças e Controle

**CPF:** 645.507.451-34

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Titular do Conselho Fiscal do BNB

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

**Experiência Profissional**

- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde 1991;
- Presidente do Conselho Fiscal da APO - Autoridade Pública Olímpica (2012 até a presente data);
- AFC - Gerente DAS.102.1 - Secretaria do Tesouro Nacional (2003 até a presente data);
- Auxiliar de Operações - Banco do Brasil (2002 - 2003);
- Coordenador de Processo – Administrador – INFRAERO (1997 - 2002).

- **Condenações:** Não Possui

#### **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

#### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

---

### **HERICK MARQUES CAMINHA JUNIOR**

**Nascimento:** 02/03/1951

**Profissão:** Servidor Público Federal – Tesouro Nacional

**CPF:** 299.940.987-72

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB.

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** não há

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

#### **Currículo:**

#### **Atividade Atual**

- Analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda de abril de 2007 a abril de 2009.

#### **Experiência Profissional**

- Chefe do Núcleo da Secretaria da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Chefe do Núcleo de Estudos e Apoio às Transferências Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional desde 2009;
- Analista de Finanças e Controle;
- Consultor de empresas pela Concisa Soluções Empresariais, no período de maio de 1997 a abril de 2007;
- Auditor pelo BVQI no período de janeiro de 1993 a abril de 1997;
- Gerente de Qualidade pela TENENGE no período de dezembro de 1988 a setembro de 1992;

- Inspetor Técnico Independente pelo IBQN no período de maio de 1987 a setembro de 1988;
- Analista de Projetos pela FINEP no período de outubro de 1986 a abril de 1987;
- Superintendente pela NUCLEP no período de setembro de 1982 a setembro de 1986;
- Engenheiro pela CSN no período de janeiro de 1976 a agosto de 1982;
- Graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IME em 1975;
- Mestre em Ciências dos Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ em 1981.

**Condenações:** Não há.

### **Relações Familiares**

- administradores do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

## **CARLOS HENRIQUE SOARES NUTO**

**Nascimento:** 30/10/1962

**Profissão:** Economista.

**CPF:** 299.940.987-72

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Titular do Conselho Fiscal do BNB.

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Conselheiro Fiscal no primeiro mandato

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Não.

### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**Set/2016 | Casa da Moeda do Brasil | Rio de Janeiro-CE**

Assessor Especial da Presidência – Gabinete da Presidência

- Acompanhamento da governança corporativa e da política de investimento da Cifrao – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil.

**Jan/2016-Ago/2016 | Prefeitura Municipal de Fortaleza|Fortaleza-CE**

Gerente – Célula de Gestão de Contratos e Convênios da Controladoria Geral do Município

- Planejar, acompanhar e orientar a execução das auditorias nos contratos e convênios firmados pela administração municipal.

**Jul/2014-Dez/2014 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Assessor da Diretoria – Projeto Estratégico Gestão de Capital de Risco

- Dotar o Banco de autonomia operacional necessária para a gestão de fundo de investimento de privateequitye venture capital, complementando a sua ação de promotor do desenvolvimento regional através do uso desses instrumentos.

**Jun/2013-Jul/2014|Banco do Nordeste do Brasil S/A |Fortaleza-CE**

Assessor da Diretoria – Diretoria Financeira e de Crédito

- Suporte à Diretoria Financeira e de Crédito nos temas finanças estruturadas, desenvolvimento de produtos, atendimento de clientes institucionais e acompanhamento de Bond's emitidos pelo Banco.

**Dez/2010-Jun/2013 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Gerente Executivo – Ambiente de Relacionamento com Investidores e Mercado Financeiro

- Responsável pela Distribuição de Produtos de Mercado de Capitais e pelas Operações Sindicalizadas.

**Jan/2008-Dez/2010 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Gerente Executivo – Ambiente de Mercado de Capitais

- Responsável pela Estruturação de Operações de Mercado de Capitais, tais como CommercialPaper, Debêntures e FIDC's.

**Ago/2003-Dez/2007 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Gerente de Operações Financeiras – Ambiente de Operações Financeiras(Mesa de Operações)

- Responsável no segmento de Mercado Interbancário, pela aplicações do Banco no mercado de títulos da dívida pública e valores mobiliários privados.

**Dez/1997-Ago/2003 | Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB - CAPEF  
|Fortaleza-CE**

Superintendente de Investimentos

- Responsável pela administração das carteiras de Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis e Empréstimos à participantes.

**Mai/1983-Nov/1997 |Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Departamento de Administração Financeira/Ambiente de Operações Financeiras

- Desempenhou diversas funções, tais como Analista Financeiro, Chefe de Setor e Chefe de Divisão(Gerente Executivo), nas diversas áreas do Departamento/Ambiente, tais como Tesouraria, Mesa de Operações e Fundos de Investimentos.

**Mar/1982-Mai/1983 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Departamento de Contabilidade

- Escriturário, participando do Curso de Administração Financeira.

**Jan/1980-Fev/1982 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Cajazeiras-PB**

Escriturário

- Trabalhou na agência bancária de Cajazeiras-PB, no setor operacioanl, responsável pelo Crédito Rural e Industrial.

### **Jun/1977-Dez/1979 | Banco do Nordeste do Brasil S/A|Fortaleza-CE**

Curso de Habilitação Bancária(Bancário Aprendiz)

- \* Trabalhou em várias áreas da Direção Geral(Departamento Pessoal, Departamento Administrativo, ETENE) e na agência bancária de Fortaleza-Centro, ao tempo em que participava do Curso de Habilitação Bancária.

### **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

- Nov/1993-Jul/1995: **MBA Executivo em Finanças**, IBMEC, Fortaleza-CE(405 h);
- Set/1989-Ago/1990: **Especialização em Gerência Financeira Empresarial**, Unifor, Fortaleza-CE(420 h);
- Ago/1984-Jan/1988: **Graduação em Ciências Econômicas**, Unifor, Fortaleza-CE.

### **CURSOS E EVENTOS TÉCNICOS**

- Mar/2014: **Governança Corporativa**, Banco do Nordeste do Brasil ,Fortaleza-CE;
- Jul/2013: **15º. Encontro Nacional de Relações com Investidores**, ABRASCA, São Paulo-SP(15 h);
- Mar/2013:**Desenvolvimento de Competências Gerenciais**, HSM Educação S/A, Fortaleza-CE;
- Jul/2012: **Prevenção à “Lavagem” de Dinheiro**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Mai/2010: **Mercado de Renda Fixa – Títulos Públicos e Debêntures**, Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza-CE;
- Nov/2009: **5º. Seminário ANBID de Mercado de Capitais**, Associação Nacional dos Bancos de Investimento, São Paulo-SP;
- Set/2009: **Securitização de Ativos**, Training Company, São Paulo-SP;
- Mai-Nov/2009: **Negócios Financeiros – Mercado de Capitais**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE – Palestrante/Instrutor;
- Mai/2009: **Mercado Onshore Petróleo no Nordeste**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Out/2008: **Workshop sobre Convênio CVM/ANBID**, Associação Nacional dos Bancos de Investimento(ANBID), São Paulo-SP;
- Jun/2008: **Mercado de Capitais**, IBEF-Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, Fortaleza-CE;
- Mar/2008: **Securitização de Recebíveis**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Abr/2007: **Câmbio e Comércio Exterior**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Ago/2006: **XIX Congresso da APIMEC**, Associação do Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais-NE, Fortaleza-CE;
- Mai/2006: **Análise Técnica**, CMA, Fortaleza-CE;
- Nov/2005: **Aplicativo Bloomberg**, Bloomberg, Fortaleza-CE;
- Ago/2003: **Certificação ANBID CPA 20**, Associação Brasileira das Entidade dos Mercados Financeiros;
- Mar/1995: **Fórum de Debates sobre Fundo Imobiliário**, DT & A, Fortaleza-CE;
- Set/1994: **Gerência de Risco e Práticas de Negociação**, ABAMEC, Fortaleza-CE;
- Dez/1993: **Iniciação ao Estudo de Câmbio**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Nov/1987: **Processamento de Dados para Área Financeira**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;

- Abr/1984: **Open Market**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Set/1982 a Mai/1983: **Especialização para Área Financeira**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE;
- Jun/1977 a Dez/1979: **Curso de Habilitação Bancária-CHB**, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza-CE.

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- Participou da Diretoria do Fundo de Pensão Multipatrocinado PREVIVER de Ago/2003 a Set/2008;
- Participou da Comissão de Licitação do Banco do Nordeste do Brasil de Nov/1992 a Jul/1993.

**Condenações:** Não há.

### **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

---

## **JOÃO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO**

**Nascimento:** 01/04/1959

**Profissão:** Economista

**CPF:** 090.955.433-15

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNB.

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** 02 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Não há

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Não

**Experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa:**

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A (Emissor)

- Área de Controle Financeiro (de Mar/2003 a Out/2012) – cargo: SUPERINTENDENTE
- Área de Gerenciamento Estratégico (de Out/2012 a Jul/2014) - cargo: SUPERINTENDENTE
- CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAMED
  - Conselho Deliberativo (de Jul/2012 a Dez/2016) – cargo: CONSELHEIRO
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE - CAPEF
  - Diretoria de Previdência (de Ago/2014 a Fev/2015) - Cargo: DIRETOR

**Condenações:** Não há.

### **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

---

## **JOSÉ MÁRIO VALLE**

**Nascimento:** 10/06/1963

**Profissão:** Empresário

**CPF:** 022.514.198-10

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Titular Conselho Fiscal do BNB.

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Conselheiro Fiscal no primeiro mandato.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Não

**Condenações:** Não há.

### **Formação Acadêmica**

- Economista – Faculdades Oswaldo Cruz

## **Experiência Profissional**

- Planner Corretora de Valores S/A
- Agente autônomo de Investimentos
- Assessoramento de Clientes

## **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

## **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

---

## **CLÁUDIO HENRIQUE SANGAR**

**Nascimento:** 10/11/1964

**Profissão:** Securitário

**CPF:** 030.084.068-31

**Cargo Eletivo Ocupado:** Membro Suplente Conselho Fiscal do Banco do Nordeste.

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:** 25/04/2019

**Prazo do Mandato:** até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Experiência Profissional Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Conselheiro Fiscal suplente no primeiro mandato.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** Não

## **Formação Acadêmica**

- Administração de Empresas (2006) – Faculdade de Administração de Brasília (AIEC)
- CPA 10 – ANBIMA
- CPA 20 – ANBIMA
- CÂMBIO - ABRACAM
- BM&F BOVESPA

## **Experiência Profissional**

- Planner Corretora de Valores S/A (1995 – Atual) – Diretor
- Didier DTVM (1992-1995) – Gerente



- Magliano (1987-1992) – Operador
- Sogeral (1982-1987) – Operador

**Condenações:** Não há.

**Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

**ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

A Assembleia Geral Ordinária elegerá os membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

NOME	Órgão representação
LÚCIO CAPELETTO	Membro Independente
RICARDO SORIANO DE ALENCAR	Ministério da Economia
PETRONIO CANÇADO	Membro independente
ROMILDO CARNEIRO ROLIM	Presidente do Banco do Nordeste
EUDES VARELA	Membro independente
JOSÉ LUCENILDO PARENTE PIMENTEL	Representante dos Minoritários
RHEBERNY OLIVEIRA SANTOS PAMPONET	Representante dos Funcionários

---

**RICARDO SORIANO DE ALENCAR**

**Idade:** 26/05/1973

**Profissão:** Advogado (Procurador da Fazenda Nacional)

**CPF:** 606.468.451-87

**Cargo Eletivo Ocupado:** Conselho de Administração do BNB

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:**

**Prazo do Mandato:** 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Membro do Conselho de Administração em primeiro mandato.

**Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** indicado pelo controlador

**Currículo:**

**Atividade Atual**

- Procurador da Fazenda Nacional

## **Experiência Profissional**

- Procurador-Geral Adjunto – PGFN (2009 até a presente data);
- Coordenador-Geral Jurídico – PGFN (2008 - 2009);
- Coordenador Jurídico de Legislação de Pessoal e Normas – PGFN (2007 - 2008);
- Chefe de Divisão – PGFN (2005 - 2007);
- Procurador da Fazenda Nacional (2000 até a presente data);
- Advogado de Fundação Pública / Procurador Federal (1998 – 2000);
- Integrante do escritório Pinheiro Neto Advogados (1994 - 1996).

**Condenações:** Não há.

## **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

## **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

---

## **ROMILDO CARNEIRO ROLIM**

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A., como membro do  
Conselho de Administração

- a. **Nascimento:** 08/12/1966
- b. **Profissão:** Servidor Público Federal
- c. **CPF:** 264.904.043-20
- d. **Cargo Eletivo Ocupado:** Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A e membro do Conselho de Administração do BNB;
- e. **Data da eleição:** 25.04.2019
- f. **Data da posse:**
- g. **Prazo do Mandato:** até Decreto Presidencial de nomeação de novo Presidente do BNB.
- h. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:** Superintendente da Área de Operações Financeiras e de Mercado de Capitais; Diretor Financeiro e de Crédito
- i. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim

- j. Membro independente** – não
- k. Mandatos Consecutivos** – Primeiro mandato
- l. Informações sobre:**

- i.** principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
  - nome e setor de atividade da empresa
  - cargo
  - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor

Contador, administrador, especialista em gestão empresarial, especialista em normas e padrões internacionais de auditoria interna e mestre em avaliação de políticas públicas.

Possui certificação CPA-10 e CPA-20 (Anbima).

Trabalhou em agência, ocupou cargos técnicos relacionados com atividades de análise e acompanhamento de projetos, gerenciou o Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito, a Unidade de Recuperação de Crédito do Ceará, o Ambiente de Controles Internos e o Ambiente de Auditoria Interna.

- ii.** indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor – Não há
- n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**
- i.** qualquer condenação criminal – não
  - ii.** qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – não
  - iii.** qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - não

**Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

**Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

-----

**RHEBERNY OLIVEIRA SANTOS PAMPONET**

a.	nome: RHEBERNY OLIVEIRA SANTOS PAMPONET
b.	data de nascimento: 01/06/1982
c.	profissão: BANCÁRIO
d.	CPF ou número do passaporte: 838.714.205-06
e.	cargo eletivo ocupado: Conselheiro de Administração representante dos funcionários
f.	data de eleição: 25.04.2019
g.	data da posse:
h.	prazo do mandato: 02 anos
i.	outros cargos ou funções exercidos no emissor: Gerente de Negócios M5
j.	se foi eleito pelo controlador ou não: Não
k.	se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência: não
l.	número de mandatos consecutivos: Primeiro Mandato
m.	informações sobre:
	i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nome e setor de atividade da empresa: Banco do Nordeste do Brasil S/A, Instituição Financeira</li> <li>• cargo: Gerente de Negócios M5.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:</li> </ul>
	ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: nenhum
n.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
	i. qualquer condenação criminal: Não se aplica

ii.	qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: Não se aplica
iii.	qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não se aplica

**Condenações:** Não há.

### **Relações Familiares**

- a. administradores do emissor: não há.
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: não há.
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: não há.
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: não há.

### **Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor: não há.
- b. controlador direto ou indireto do emissor: não há.
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas: não há.

-----

**JOSÉ LUCENILDO PARENTE PIMENTEL**

**Profissão:** Economista

**CPF:** 112.680.853-91

**Cargo Eletivo Ocupado:** Representante dos acionista minoritários

**Data da eleição:** 25/04/2019

**Data da posse:**

**Prazo do Mandato:** 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2021

**Outros cargos ou funções exercidos no emissor:**

### **FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Economista, formado pela Universidade Federal do Ceará, em 1983. Mestre MSc em Administração, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1994.

### **ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

Atuais:

## **Professor da Universidade de Fortaleza**

- Disciplinas: Finanças Corporativas I, no cursos de Administração e de Comércio Exterior, e Gestão Financeira e Engenharia Econômica, no curso de Engenharia de Produção.

Anteriores:

### **Gerente do Ambiente de Controladoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Atividades: Gestão dos Processos Orçamentário, de Informações Gerenciais e Avaliação de Resultados, Avaliação Econômico-Financeira de Unidades e Produtos e Serviços, Controle Patrimonial do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. – 2003 a 2014

### **Gerente do Ambiente de Operações Financeiros do Banco do Nordeste do Brasil S.A.:**

- Atividades: Gestão do Processos de Tesouraria, Mesa de Operações, Análise Financeira, Câmbio, Fundos de Investimentos, Administração do Passivo, Liquidação de Operações Financeiras. 1996 a 2003

### **Gerente da Célula de Tesouraria do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Atividades: Gestão das Atividades envolvendo a Tesouraria do BNB, incluindo Previsão do Fluxo de Caixa, controle das Reservas Bancárias e dos Recolhimentos Compulsórios, controle das disponibilidades em Moeda Estrangeira – 1991 a 1996

### **Chefe da Divisão de Serviços de Pessoal do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Atividades: Gestão da Folha de Pagamento, Registros e Obrigações Legais junto aos funcionários e órgãos de controle, Recolhimentos de Tributos e Contribuições referentes a funcionários, consignações em folha de pagamento. 1989 a 1991

### **Chefe da Divisão de Assistência aos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

- Atividades: Gestão dos Benefícios Financeiros e da Carteira de Crédito Imobiliário a Funcionários. 1987 a 1989

## **OUTROS CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:**

- Desenvolvimento Empresarial – Fundação Dom Cabral
- Programa Avançado de Finanças Corporativas - Fundação Dom Cabral;
- Programa de Gestão Avançada - Amana-Key;
- Desenvolvimento Gerencial em parceria BNB/USP;
- Cooperativismo e Associativismo Agrário pela Universidade de Barcelona;
- Finanças, Negócios e Risco – BNB;
- Câmbio e Comércio Exterior – BNB;
- Crédito Industrial – BNB;
- Administração de Crédito – BNB;
- Gestão de Projetos – BNB;

- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro: abordagens conceitual, operacional e normativa – BNB;
- Congresso Anbima Fundos de Investimentos, realizado pela Anbima;
- Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão, realizado pela Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os treinamentos realizados (cursos, seminários, congressos e eventos) – incluíram disciplinas voltadas ao desenvolvimento das seguintes competências:

- Avaliação Econômica e Financeira (de Empresas)
- Cenários e Tendências de Mercado
- Gestão de Projetos Organizacionais
- Gestão de Recursos
- Gestão de Processos de Crédito
- Gestão Estratégica
- Gestão de Pessoas
- Identidade Organizacional
- Integração, Colaboração e Liderança
- Mercado Financeiro
- Produtos e Serviços Bancários
- Tomada de Decisão
- Visão Estratégica de Mercado.



**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

*Balanço de 31 dezembro de 2018*  
*Anexo à PAA-2019/622-17, de 26.02.2019*

Em atendimento ao Art. 9º, III, Instrução Normativa Nº 481, de  
17.12.2009  
Ambiente de Contabilidade

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, em atendimento às disposições da Instrução CVM Nº 480, de 7.12.2009, apresentamos na seção 10 do Formulário de Referência os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente aos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

### 10.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Em R\$ milhões

Itens do Balanço Patrimonial	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
Ativos Totais	46.321	54.047	58.629
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.465	12.931	7.780
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	20.849	26.860	36.373
Operações de Crédito (líquido de provisões)	11.138	9.099	9.043
Outros Créditos (líquido de provisões)	4.150	4.195	4.507
Depósitos Totais	10.607	11.808	12.814
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	3.071	3.107	2.703
Outras Obrigações	24.547	28.028	30.575
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	16.665	22.591	24.576
- Provisão para Contingência	3.582	332	402
- Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego)	1.288	1.900	2.228
- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000	1.000	1.000
-Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.013	2.205	2.369
Patrimônio Líquido	3.362	3.542	4.182
Lucro Líquido	732,07	681,75	725,50
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	23,6%	19,7%	18,8%
Índice de Eficiência (Receita de Prestação de Serviços/Despesas Administrativas)	83,7%	68,2%	65,6%
Índice de Basileia	16,03%	15,90%	13,76%

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram **R\$ 58,6 bilhões**, ao término do exercício de 2018 representando um acréscimo de **8,5%** em relação aos R\$ 54,0 bilhões existentes em dezembro de 2017 (ver Quadro 1). Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 15,3 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 9,2 bilhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB no exercício de 2018, em comparação com o ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principais origens o aumento no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE (R\$ 1,9 bilhão) e os depósitos a prazo, que cresceram 10,0% (R\$ 767,8 milhões).

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, verificou-se leve retração de **0,6%**, o que corresponde a **R\$ 56,7 milhões** na

comparação entre as posições dezembro de 2018 e dezembro de 2017. As principais movimentações do exercício de 2018, em relação aos saldos findos em 2017, na carteira de crédito, foram: redução de 23,3% (**R\$ 829,1 milhões**) na carteira de operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); decréscimo de **R\$ 158,3 milhões** na carteira de operações de crédito com recursos do FAT; redução de **R\$ 95,5 milhões** (-7,2%) no saldo de aplicações com recursos do BNDES e FINAME; crescimento de **R\$ 326,2 milhões** nas operações do Crediamigo; e incremento no saldo de operações com recursos do FNE - Repasses Lei 7827, artigo 9º, item “a”, no valor de **R\$ 518,8 milhões**.

#### 10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Na posição de 31.12.2018, o Capital Social do BNB é de **R\$ 2.844,0 milhões** (R\$ 2.844,0 milhões em 31.12.2017), representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, era de R\$ 42.958,6 milhões, R\$ 50.504,9 milhões e R\$ 54.446,9 em, 31/12/2016, 31/12/2017 e 31/12/2018, respectivamente. Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo circulante mais não circulante sobre o patrimônio líquido” era de 12,78; 14,26 e 13,02, respectivamente.

**Hipóteses de resgate** - Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

<b>Composição em 31.12.2018</b>		
<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade das Ações</b>	<b>% do Capital</b>
União Federal	44.049.447	51,0
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	35,0
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.217.900	7,2
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,4
Outros	2.051.581	2,4
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

#### 10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

#### QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Em R\$ mil

<b>Especificação</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>
Ativos de Liquidez (A)			
Disponibilidades	184.575	161.518	133.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.465.283	12.931.084	7.779.984
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	20.848.876	26.859.539	36.373.344

Relações Interfinanceiras	287.230	584.069	573.160
Operações de Crédito	11.138.407	9.099.453	9.042.816
Outros Créditos	1.684.309	1.864.450	1.860.365
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>	<b>43.608.680</b>	<b>51.500.113</b>	<b>55.763.097</b>
Passivos de liquidez (B)			
Depósitos	10.607.320	11.808.182	12.814.261
Captações no Mercado Aberto	969.638	986.447	1.381.481
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.298.870	1.189.269	1.311.459
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.071.265	3.107.278	2.703.057
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	17.637.800	23.528.778	25.472.735
Outros Passivos Financeiros	7.231.520	7.514.620	8.394.503
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>	<b>40.816.413</b>	<b>48.134.574</b>	<b>52.077.496</b>
<b>Saldos de Liquidez (A - B)</b>	<b>2.792.267</b>	<b>3.365.539</b>	<b>3.685.601</b>
<b>Índice de Liquidez (A/B)</b>	<b>1,07</b>	<b>1,07</b>	<b>1,07</b>

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e também detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

O volume reduzido dos ativos (TVM's e IFD) de curto prazo é justificado pela gestão de tesouraria do Banco que tem concentrado suas aplicações em LFTs. Tais aplicações vêm, nos últimos exercícios, sendo realizadas em títulos cujos prazos são cada vez mais longos, em virtude da política de emissão de títulos do Governo Federal que tem provocado uma escassez de títulos públicos federais de curto prazo. Não obstante, considerando que referidos títulos são de altíssima liquidez, o fato de estarem classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo não implica em redução da liquidez efetiva do Banco.

#### 10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

#### QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Especificação	Em R\$ Milhões		
	2016	2017	2018
<b>Fontes para Capital de Giro</b>			
Depósitos	5.796,4	5.411,0	6.750,6
Obrigações por Empréstimos e Repasses	930,0	1.256,6	1.201,0
Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.285,2	1.173,8	2.714,1
Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros)	8.372,5	13.791,6	5.622,8
<b>Total das Fontes de Curto Prazo</b>	<b>16.384,1</b>	<b>21.633,0</b>	<b>16.288,50</b>
Depósitos de Longo Prazo	4.556,0	6.217,2	5.997,4

Outros (FNE e outros)	13.198,3	12.614,9	23.114,9
<b>Total das Fontes de Longo prazo</b>	<b>17.754,3</b>	<b>18.832,1</b>	<b>29.112,3</b>
<b>Total</b>	<b>34.138,4</b>	<b>40.465,1</b>	<b>45.400,8</b>
<b>Fontes para Ativos Não Circulantes</b>			
Depósitos FAT	255,0	180,0	66,2
Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos	2,8	3,0	8,8
Títulos Emitidos no Exterior	988,3	1.004,9	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.141,2	1.850,8	1.502,1
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.012,9	2.205,5	2.369,4
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000,0	1.000,0	1.000,0
Outros	2.420,1	3.795,8	4.099,7
Patrimônio Líquido	3.362,4	3.542,0	4.182,0
<b>Total</b>	<b>12.182,7</b>	<b>13.582,0</b>	<b>13.228,2</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>46.321,1</b>	<b>54.047,0</b>	<b>58.629,0</b>

O Banco não vem apresentando deficiências de liquidez no financiamento de seus ativos. Essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato do Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para Garantias Financeiras Prestadas (FNE) e as decorrentes de benefícios pós-emprego.

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as outras obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada, de instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego e outras.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez**

A situação de liquidez do Banco é confortável tanto em relação ao financiamento para capital de giro quanto para investimentos em ativos não circulantes, conforme evidenciado nos itens 10.1.c e 10.1.d.

Ademais, o Banco atua de maneira diligente por meio de parâmetros estabelecidos em suas políticas de tesouraria e de gestão de risco e de instrumentos de gestão, no sentido de antecipar quaisquer movimentos e cenários que possam comprimir sua posição de liquidez.

Dessa maneira, se necessário, o Banco poderá utilizar-se dos mecanismos usuais para aumento do volume dos depósitos a prazo bem como, se for o caso, realizar emissões de títulos nos mercados nacionais e internacionais, contando nesse caso com ratings de crédito em linha com o rating soberano.

Sendo assim, no Quadro 03 anterior, demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

#### 10.1.f. níveis de endividamento e as características das dívidas

#### QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Índice	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
Índice de Endividamento	6,27	7,01	7,03

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, registrou um acréscimo de 2016 para 2017 e de 2017 para 2018, neste caso em decorrência das obrigações com o FNE que são de longo prazo.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

Registre-se que, no Passivo Exigível não são considerados os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e a Dívida Subordinada Elegível a Capital.

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Especificação	Em R\$ mil		
	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.445.517</b>	<b>1.633.345</b>	<b>2.685.941</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	310.611	184.357	1.311.459
Empréstimos no Exterior	637.742	951.482	900.437
Repasses do País	150.736	161.679	131.908
Repasses do Exterior	141.564	143.354	168.656
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	204.864	192.473	173.481
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>6.142.356</b>	<b>6.061.143</b>	<b>4.871.502</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	988.259	1.004.912	-
Repasses do País	1.518.511	1.358.892	1.090.110
Repasses do Exterior	622.712	491.871	411.946
Dívida Subordinada	2.012.874	2.205.468	2.369.446
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>7.587.873</b>	<b>7.694.488</b>	<b>7.557.443</b>

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios 2016, 2017 e 2018, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Nos exercício de 2016, o Banco emitiu Letras de Crédito do Agronegócio – LCA com prazo médio de 184 dias, sendo a taxa de atualização média de 83,99% do CDI a.a. “pro rata” até o vencimento. Já no exercício de 2017, o Banco emitiu Letras de Crédito do Agronegócio – LCA com prazo médio de 145 dias, sendo a taxa de atualização média de 81,16% do CDI a.a. “pro rata” até o vencimento, cujo saldo em 31.12.2017, é de R\$ 176,5 milhões, registradas em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos. No exercício de 2018, o Banco emitiu Letras de Crédito do Agronegócio – LCA com prazo médio de 193 dias, sendo a taxa de atualização média de 81,22% do CDI a.a. “pro rata” até o vencimento, cujo saldo em 31.12.2018, é de R\$ 162,3 milhões, registradas em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.

As operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

As obrigações por empréstimos e repasses contratados são oriundas de várias fontes, sendo as principais decorrentes de relações mantidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES (R\$ 1.155,5 milhões) e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R\$ 580,6 milhões) em 31.12.2018.

Em 22 de dezembro de 2010, nos termos da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, alterada pela Medida Provisória Nº 513, de 26 de novembro 2010, o Banco do Nordeste e a União Federal celebraram Contrato de Mútuo, classificado como Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD), no montante de R\$ 1.000 milhão, já efetivamente integralizado. O referido contrato foi substituído por um novo contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal. Na posição de 31.12.2018, o saldo é de R\$ 1.000,0 milhões.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

## **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

## **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Em 2009, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da operação de repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, como capital de nível II do

Patrimônio de Referência do Banco do Nordeste do Brasil, na categoria de dívida subordinada que registra o montante de R\$ 2.369,4 milhões em 31.12.2018.

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015 é considerado no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I. Caso o saldo de lucros acumulados e das reservas de lucros não seja suficiente para absorver eventuais prejuízos, o Banco fica desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos para compensação dos mesmos.

Os demais recursos de terceiros são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 6º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

**10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

**10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**QUADRO 07 – ATIVOS TOTAIS**

Especificação	Em R\$ milhões		
	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e TVM	30.498,7	39.952,1	44.286,8
Relações Interfinanceiras	287,2	584,1	573,2
Operações de Crédito (Líquido de Provisões)	11.138,4	9.099,5	9.042,8
Outros Créditos (Líquido de Provisões)	4.150,4	4.194,50	4.506,7
Outros Valores e Bens	31,8	31,9	26,5



Permanente	214,6	184,8	193,0
<b>Total</b>	<b>46.321,1</b>	<b>54.046,9</b>	<b>58.629,0</b>

## 1) ATIVOS TOTAIS - Análise 2017 em relação a 2016

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 54,0 bilhões, ao término de 2017, representando um acréscimo de **16,5%** em relação ao final de 2016. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 16,7 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 5,9 bilhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB em dezembro de 2017, em comparação com dezembro do ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, decorrente, principalmente, pelo aumento de **R\$ 5,9 bilhões** no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE.

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões para créditos de liquidação duvidosa, verificou-se retração de **18,3%**, o que corresponde a **R\$ 2,0 bilhões** na comparação entre 2017 e 2016. As principais movimentações de 2017, em relação aos saldos findos em 2016, na carteira de crédito, foram: redução de **R\$ 1,8 bilhão** em operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); crescimento de **R\$ 313,8 milhões** nas Captações Externas (Câmbio); redução de **R\$ 195,1 milhões** no saldo de aplicações com recursos da BNDES e FINAME; redução de R\$ 114,5 milhões no saldo de aplicações com recursos do BID; redução de R\$ 102,7 milhões no saldo de operações com recursos do FAT; redução de R\$ 76,7 milhões no saldo de operações com recursos de L.C.A; e incremento no saldo de operações do Programa Crediamigo no valor de **R\$ 93,3 milhões**.

## 2) ATIVOS TOTAIS - Análise 2018 em relação a 2017

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram **R\$ 58,6 bilhões**, ao término do exercício de 2018 representando um acréscimo de **8,5%** em relação aos R\$ 54,0 bilhões existentes em dezembro de 2017 (ver Quadro 1). Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE (**R\$ 15,3 bilhões**) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (**R\$ 9,2 bilhões**). O crescimento dos saldos de ativos do BNB no exercício de 2018, em comparação com o ano anterior, foi influenciado, principalmente, pelo incremento observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. Tal incremento teve como principais origens o aumento no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos do FNE (R\$ 1,9 bilhão) e os depósitos a prazo, que cresceram 10,0% (R\$ 767,8 milhões).

Já em relação aos saldos de operações de crédito da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, verificou-se leve retração de **0,6%**, o que corresponde a **R\$ 56,7 milhões** na comparação entre as posições dezembro de 2018 e dezembro de 2017. As principais movimentações do exercício de 2018, em relação aos saldos findos em 2017, na carteira de

crédito, foram: redução de 23,3% (**R\$ 829,1 milhões**) na carteira de operações de crédito com recursos internos (exceto Crediamigo e Poupança BNB); decréscimo de **R\$ 158,3 milhões** na carteira de operações de crédito com recursos do FAT; redução de **R\$ 95,5 milhões** (-7,2%) no saldo de aplicações com recursos do BNDES e FINAME; crescimento de **R\$ 326,2 milhões** nas operações do Crediamigo; e incremento no saldo de operações com recursos do FNE - Repasses Lei 7827, artigo 9º, item “a”, no valor de **R\$ 518,8 milhões**.

#### QUADRO 08 – RECURSOS TOTAIS

Em R\$ milhões

<b>Especificação</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2018</b>
Depósitos à vista	346,0	239,9	328,7
Depósitos de poupança	2.113,3	2.277,5	2.433,8
Depósitos a prazo	6.949,0	7.680,5	8.448,2
. FAT	255,0	179,9	66,2
. Finor – Disponibilidades	390,0	1.362,3	1.425,7
. Reinvestimentos Lei No. 8.167	266,0	287,4	348,9
. CDB	6.038,0	5.850,9	6.607,5
Depósitos Interfinanceiros e Outros	1.198,8	1.582,9	1.560,0
Captações no Mercado Aberto	969,6	986,4	1.381,5
L.C.A (Letra de Crédito do Agronegócio)	302,7	176,5	162,3
Emissão de Títulos no Exterior	996,1	1.012,8	1.149,2
Relações Interfinanceiras e Interdependências	7,8	6,0	8,4
Obrigações por Empréstimos	637,7	951,5	900,4
. Empréstimos no Exterior	637,7	951,5	900,4
Obrigações por Repasses - Moeda Nacional	1.669,2	1.520,6	1.222,0
. BNDES e FINAME	1.668,8	1.520,1	1.221,5
. Outras Instituições	0,5	0,5	0,5
Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira	764,3	635,2	580,6
Provisões Sociais e Estatutárias	164,5	138,1	179,9
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	618,7	346,2	692,7
Recursos FNE	16.674,5	22.600,0	24.585,6
Fundo de Marinha Mercante FMM	107,5	102,1	102,9
Recursos FDNE Repasse	758,8	730,8	697,9
Outros Fundos e Programas	97,0	95,9	86,3
Provisão Para Contingência	3.581,6	3.416,8	3.392,7
. FNE (Garantias Financeiras Prestadas)	3.229,3	3.084,6	2.990,9
. Causas Trabalhistas	172,9	169,2	206,5
. Causas Cíveis e Outras	168,7	129,6	162,7
. Outros Passivos Contingentes	10,7	33,4	32,5
Pagamentos a Efetuar	1.729,0	2.341,5	2.733,4
. Benefícios a Empregados (Passivo Atuarial)	1.287,6	1.900,0	2.227,6
. Outros	441,4	441,5	505,8
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (FNE)	2.012,9	2.205,5	2.369,4
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.000,0	1.000,0	1.000,0

Outras Obrigações	259,3	458,3	431,3
<b>Total das obrigações para com terceiros</b>	<b>42.958,6</b>	<b>50.504,9</b>	<b>54.446,9</b>
Patrimônio Líquido	3.362,5	3.542,0	4.182,0
<b>TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO BNB</b>	<b>46.321,1</b>	<b>54.046,9</b>	<b>58.629,0</b>

### 3) RECURSOS TOTAIS - Análise 2017 em relação a 2016

As captações de recursos em depósitos a prazo, na modalidade **CDB**, apresentaram uma redução de **3,1%** (**R\$ 187,1 milhões**) em relação ao ano anterior, registrando no encerramento do exercício de 2017 o saldo de **R\$ 5,9 bilhões**, inferior aos **R\$ 6,0 bilhões** alcançados em 2016. Esta variação deveu-se, principalmente, à adequação do volume captado para níveis apropriados de funding demandados pela carteira de crédito comercial, possibilitando a redução do custo médio de captação da carteira. O saldo da conta de Depósitos Judiciais com Remuneração registrou um pequeno incremento de **3,91%**, na ordem de **R\$ 6,6 milhões** (**R\$ 168,4 milhões** em 31.12.2016, contra **R\$ 175,0 milhões** em 31.12.2017), o que é atribuído às movimentações normais de Depósitos e Levantamentos em Contas de Depósitos Judiciais, além da remuneração mensal incidente e creditada aos saldos das contas já existentes. O saldo das captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros totalizou **R\$ 1.582,9 milhão** em 31.12.2017, representando uma elevação de **32,0%** sobre o saldo de 31.12.2016. Do total registrado nesta rubrica, cerca de 94,0% se referem às captações realizadas em Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM), que apresentaram o volume de **R\$ 1.486,4 milhão** em 31.12.2017, significando uma elevação de 44,8% sobre o saldo de 31.12.2016 (R\$ 1,0 bilhão).

A expansão do saldo das captações de linhas de trade-finance de 49,2% no final do exercício de 2017, em relação ao exercício anterior, deveu-se principalmente, à captação de recursos para financiar operação de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio de Exportação (ACC) no valor de R\$ 450,0 milhões, realizada com um cliente do Estado do Ceará no mês de dezembro/2017.

Ao final de 2017, encontra-se registrado em Dividendos e Bonificações a Pagar o valor de R\$ 94,2 milhões, do qual R\$ 94,0 milhões referem-se aos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) complementares ao valor antecipado no primeiro semestre, que compõe a parcela correspondente ao percentual mínimo obrigatório de 25% do Lucro Líquido Ajustado, previsto no artigo nº 59 do Estatuto Social.

Em Participações nos Lucros, encontra-se registrado o montante de R\$ 43,9 milhões, sendo R\$ 2,2 milhões referentes aos administradores e R\$ 41,7 milhões alusivos aos empregados da instituição, cujo valor corresponde a 25% do montante dos dividendos do exercício.

Os saldos das Obrigações Fiscais e Previdenciárias totalizam na posição de 31.12.2017 o valor de R\$ 346,2 milhões (R\$ 618,7 milhões em 31.12.2016). Observou-se neste grupo uma redução de R\$ 207,6 milhões (37,52%), valendo destacar as movimentações consideradas mais relevantes:

Provisões para IRPJ e CSLL – O saldo registrado em 31.12.2017 é de R\$ 92,6 milhões (R\$ 335,7 milhões em 31.12.2016). Observou-se nessa rubrica uma redução de R\$ 243,1 milhões (72,4%), e Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISSQN, FGTS, Contribuição Previdenciária, IPTU, Pasep, COFINS) – o saldo registrado em 31.12.2017 é de R\$ 89,2 milhões (R\$ 88,8 milhões em 31.12.2016). Observou-se um aumento pouco relevante de R\$ 420,6 mil.

A elevação do saldo total de Recursos FNE de **R\$ 11,3 bilhões** em 2016 para **R\$ 16,7 bilhões** em 2017, representou uma variação positiva de **48,0%**. Já o saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve elevação de **9,4%** saindo de **R\$ 5,4 bilhões** em 2016 para **R\$ 5,9 bilhões** em 2017. O aumento do saldo de disponibilidades é motivado, principalmente, pelas transferências da STN, pelo reembolso de parcelas das operações contratadas e pela remuneração das disponibilidades. A elevação do saldo total da disponibilidade, de **R\$ 16,7 bilhões** em 2016 para **R\$ 22,6 bilhões** em 2017, tem como principais motivos: o volume de transferências da STN (**R\$ 7,0 bilhões**); contraposta ao resultado líquido de reembolsos/desembolsos em operações de crédito no valor de R\$ 395,8 milhões.

Com relação à rubrica **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital** na posição 31.12.2017, o saldo desta rubrica apresentou um aumento de **9,6%**, variação de **R\$ 192,6 milhões** (**R\$ 2.205,5 milhões** em dez/2017, contra R\$ 2.012,9 milhões em dez/2016), decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (10% a.a. ou 9,5% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

#### **4) RECURSOS TOTAIS - Análise 2018 em relação a 2017**

O montante das captações de recursos em depósitos a prazo aumentou **10,0%** na comparação com o ano anterior, passando de **R\$ 7,7 bilhões** em dezembro/2017 para **R\$ 8,4 bilhões** em dezembro/2018. O principal componente a influenciar nesse crescimento foi o aumento de **12,9%** nas captações em CDB que cresceram **R\$ 756,6 milhões** em relação ao saldo existente ao final do ano anterior. Tal variação deveu-se, principalmente, aos esforços organizacionais com vistas à adequação do volume captado para níveis apropriados de funding demandados pelas carteiras de crédito comercial.

Em 31/12/2018, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram **R\$ 1,560 bilhão** e, quando comparado a dezembro/2017, observa-se a redução de **1,4%** (**R\$ 22,9 milhões**) no volume global, decorrente de lotes não renovados de DIs emitidos anteriormente. A maior representatividade na carteira, no entanto, são de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a **97,6%** do volume captado.

No tocante às “Obrigações por Empréstimos (no Exterior)”, os valores registrados nessa rubrica são relativos à obtenção de recursos externos (captações de trade finance) aplicados no financiamento ao comércio exterior. Na comparação entre o final do atual exercício com o de 2017, houve redução de **5,4%** em termos nominais, o que correspondeu a uma variação de **R\$**

**51,1 milhões (R\$ 951,5 milhões em 2017; R\$ 900,4 milhões em 2018).** Tal variação foi consequência da redução das operações de financiamento de importação como resultado da variação da taxa de câmbio ao longo do período.

Em “Provisões Sociais e Estatutárias”, o saldo na posição dezembro/2018 contemplava **R\$ 179,7 milhões**, sendo **R\$ 48,3 milhões** referente à Participação nos Lucros dos Empregados e Administradores e **R\$ 131,4 milhões** de provisão para pagamento de Dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio(JCP). Destes últimos, **R\$ 131,1 milhões** referem-se aos JCP complementares do exercício de 2018 e **R\$ 0,3 milhão** de saldo remanescente de dividendos a pagar.

Em “Obrigações Fiscais e Previdenciárias”, os saldos totalizam, na posição de 31.12.2018, o valor de **R\$ 692,4 milhões (R\$ 346,2 milhões em 31.12.2017)**. Observou-se neste grupo um **aumento de R\$ 346,2 milhões (100,0%)**, valendo destacar as movimentações consideradas mais relevantes:

**Provisões para IRPJ e CSLL** – O saldo registrado em 31.12.2018 é de **R\$ 310,1 milhões (R\$ 92,6 milhões em 31.12.2017)**, observando-se um **aumento de R\$ 217,6 milhões**, e Impostos e Contribuições a Recolher (IRRF, ISSQN, FGTS, Contribuição Previdenciária, IPTU, Pasep, COFINS) – o saldo registrado em 31.12.2018 é de **R\$ 103,8 milhões (R\$ 88,7 milhões em 31.12.2017)**. Observou-se um **aumento de R\$ 15,1 milhões (17,0%)**, que deveu-se, principalmente, à mudança da retenção do IR incidente sobre o 13º salário de 2018, que, por conta do e-Social, passou a ser contabilizado no mês de dezembro ao invés de novembro.

O saldo das disponibilidades do FNE elevou-se de **R\$ 22,6 bilhões** ao final de 2017 para **R\$ 24,6 bilhões** ao término do exercício de 2018, representando uma variação positiva de **8,8%**. Já o saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve elevação de **57,4%** saindo de **R\$ 5,9 bilhões** ao final de 2017 para **R\$ 9,2 bilhões** ao final de 2018. O aumento do saldo de disponibilidades é motivado, principalmente, pelas transferências de recursos da STN e pelo reembolso de parcelas das operações contratadas.

Com relação à rubrica “Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital” na posição 31.12.2018, o saldo desta rubrica apresentou um aumento de **7,4%**, variação de **R\$ 163,9 milhões (R\$ 2,369 bilhões em dez/2018, contra R\$ 2,206 bilhões em dez/2017)**, decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (9,5% a.a. a 10,14% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

## **5) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2018, um Patrimônio Líquido de **R\$ 4,182 bilhões (R\$ 3,542 bilhões, em 31.12.2017)**. A composição da variação ocorrida no Patrimônio Líquido está apresentada no Quadro 9, a seguir:

## QUADRO 09 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em R\$ Milhões

Patrimônio Líquido em 31.12.2016	3.362,50
Lucro Líquido de 2017	681,70
Ajustes de TVM (líquido de impostos)	53,50
Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquido de Impostos)	(398,00)
Ajustes Credores em LPA	19,20
Ajustes de Exercícios Anteriores	(12,00)
JCP Antecipados 1sem17 (atualizado monetariamente)	(71,00)
Provisão p/ Distribuição JCP Complementares 2017	(94,00)
Realização de Reserva de Reavaliação	0,40
Patrimônio Líquido em 31.12.2017(*)	3.750,70
Lucro Líquido de 2018	725,50
Ajustes de TVM (líquido de impostos)	68,30
Ganhos ou (Perdas) Atuariais (líquido de Impostos)	(168,40)
Ajustes Credores em LPA	5,90
Ajustes Devedores em LPA	(13,90)
Provisão p/ Distribuição JCP Complementares 2018	(186,10)
Patrimônio Líquido em 31.12.2018	4.182,00

(\*) Saldo reapresentado

## QUADRO 10 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Em R\$ mil

Especificação	Exercí o 2016	Exercí o 2017	Exercí o 2018
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.438,8</b>	<b>5.403,7</b>	<b>5.105,9</b>
. Operações de Crédito	2.055,6	2.000,1	1.893,4
. Resultado de Oper. com Títulos e Valores Mobiliários	3.510,6	3.273,4	2.731,9
. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(249,9)	(2,9)	144,4
. Resultado de Operações de Câmbio	87,0	110,3	311,0
. Resultado das Aplicações Compulsórias	35,5	22,7	25,4
. Operações de Venda ou Transferência de Ativos	0,0	0,0	0,0
<b>( - ) DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(4.121,1)</b>	<b>(3.777,8)</b>	<b>(3.570,7)</b>
. Operações de Captação no Mercado	(1.356,0)	(1.102,6)	(988,5)
. Operações de Empréstimos e Repasses	(1.991,1)	(2.132,8)	(2.121,1)
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(774,0)	(542,4)	(461,0)

<b>( = ) RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.317,7</b>	<b>1.625,9</b>	<b>1.535,3</b>
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(875,3)</b>	<b>(477,6)</b>	<b>(292,0)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	2.248,4	2.249,4	2.461,7
Rendas de Tarifas Bancárias	61,0	66,3	77,0
Despesas de Pessoal	(1.804,9)	(1.900,3)	(2.001,5)
. Proventos, Encargos e Benefícios	(1.610,9)	(1.695,0)	(1.734,4)
. Provisões Benefícios Pós-emprego	(194,1)	(205,3)	(267,1)
Outras Despesas Administrativas	(1.145,6)	(1.236,1)	(1.241,2)
Despesas Tributárias	(288,5)	(302,3)	(312,7)
Outras Receitas Operacionais	2.160,6	1.914,1	1.888,3
Outras Despesas Operacionais	(2.106,3)	(1.268,6)	(1.163,6)
<b>( = ) RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>442,4</b>	<b>1.148,3</b>	<b>1.243,3</b>
<b>(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(0,3)</b>	<b>14,2</b>	<b>3,5</b>
<b>( = ) RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>442,1</b>	<b>1.162,5</b>	<b>1.246,8</b>
<b>( - ) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>335,5</b>	<b>(437,8)</b>	<b>(474,1)</b>
. Provisão para Imposto de Renda	(182,4)	(61,7)	(199,7)
. Provisão para Contribuição Social	(149,9)	(49,7)	(161,1)
. Ativo Fiscal Diferido	667,7	(326,3)	(113,3)
<b>( - ) PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>(45,5)</b>	<b>(43,0)</b>	<b>(47,2)</b>
<b>( = ) LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>732,1</b>	<b>681,7</b>	<b>725,5</b>

## 6) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2017 em relação a 2016

O lucro líquido de 2017 importou em R\$ 681,7 milhões, montante 6,88% inferior ao apresentado em 2016 (R\$ 732,1 milhões). O lucro líquido por ação que, em 31.12.2016, era de R\$ 8,48, passou para R\$ 7,89 em 31.12.2017.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou um acréscimo de 23,4% no período, decorrente, de modo relevante, pelo Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos registrado nas Receitas da Intermediação Financeira com uma variação de 98,8% o qual passou de R\$ 249,9 milhões negativos no ano de 2016 para R\$ 2,9 milhões negativos em 2017 com uma considerável recuperação como também pela redução das despesas com Operações de Captação no Mercado e pela redução de despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, a qual passou de R\$ 774,0 milhões no ano de 2016 para R\$ 542,4 milhões em 2017, verificando-se uma redução da ordem de 29,9%. O decréscimo nesta rubrica é explicado, preponderantemente, pela redução da inadimplência.

Em Outras Receitas/Despesas Operacionais, destacamos a elevação de rendas de Del Credere de fundos públicos administrados pelo Banco, em função do crescimento dos saldos das aplicações com risco para o Banco, decorrente dos desembolsos de créditos e dos encargos sobre os financiamentos. Destaque-se também uma variação de 39,8% no total de Outras Despesas Operacionais que registrou um total de R\$ 1.268,7 milhões em 31.12.2017 contra R\$ 2.106,3 milhões em 31.12.2016. Tal redução se deu em função da melhora do risco da carteira de crédito com recursos do FNE.

## **7) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2018 em relação a 2017**

O lucro líquido de 2018 importou em **R\$ 725,5 milhões**, montante **6,42%** superior ao apresentado em 2017 (**R\$ 681,7 milhões**). O lucro líquido por ação que, em 31.12.2017, era de **R\$ 8,29**, passou para **R\$ 8,60** em 31.12.2018.

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira registrou um decréscimo de **5,57%** no período, decorrente, de modo relevante, pelo Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários registrado nas Receitas da Intermediação Financeira. O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no ano de 2018, foi de **R\$ 2,732 bilhões**, correspondendo a um decréscimo de **R\$ 541,6,5 milhões**, quando comparado ao mesmo período de 2017. Tal redução decorre, principalmente, da redução na taxa SELIC (variação de **9,94%** no primeiro em 2017 contra **6,40%** em 2018).

Em Outras Receitas/Despesas Operacionais, verificamos que as receitas de prestação de serviços foram de **R\$ 2,462 bilhões** no exercício de 2018, enquanto as rendas de tarifas bancárias foram de **R\$ 77,0 milhões**. O conjunto dessas rendas foi superior em **R\$ 223,0 milhões (9,6%)** ao alcançado em 2017, impactado principalmente pelas tarifas de contratação em decorrência diretamente do crescimento das contratações de operações de crédito.

### **10.2.a. resultados das operações, em especial:**

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados nos itens anteriores.

### **10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

- a) Operações de Crédito – O volume de receitas de operações de crédito em 2018 foi de R\$ 1,893 bilhão, inferior em R\$ 106,7 milhões (5,3%) aos R\$ 2,0 bilhões alcançados em 2017. Compuseram esse item de receita, as seguintes rendas:**



- i.** As “Rendas de Empréstimos” totalizaram R\$ 864,8 milhões em 2018, contra R\$ 967,0 milhões em 2017(decrécimo 10,6%). Essa redução decorreu, especialmente pelo comportamento das taxas de mercado, que balizam esse tipo de crédito, a saber: O CDI em 2017 apresentou variação de 9,94%, enquanto em 2018, o índice foi de 6,42%. Por outro lado, as rendas de operações do microcrédito urbano apresentaram acréscimo da ordem de R\$ 50,0 milhões alcançando R\$ 641,7milhões em 2018, contra R\$ 591,7 milhões em 2017. Destacam-se ainda as variações nas seguintes rubricas: a) Rendas oriundas de Composição de Dívidas, que apresentaram decréscimo de R\$ 65,8 milhões,; b) Rendas de operações de Capital de Giro com Fundo de Liquidez, que tiveram decréscimo da ordem de R\$ 61,8 milhões); c) Rendas de operações de Contas Garantidas (Conta Empresarial/Cheque Empresa/Cheque Conterrâneo), que tiveram um decréscimo em torno de R\$ 13,5 milhões, em função da redução da carteira; d) Rendas das operações de CDC, que tiveram decréscimo de R\$ 5,6 milhões; e) Rendas das operações do Cartão de Crédito, que tiveram decréscimo de R\$ 2,3 milhões;
- ii.** As “Rendas de Financiamentos”, foram de R\$ 243,4 milhões em 2018, contra R\$ 329,4 milhões em 2017, o que representou decréscimo da ordem de 26,1%, em decorrência, basicamente, da redução da carteira, com destaque para operações de Capital de Giro Insumos, operações com recursos do BNDES, operações com recursos do FDNE-Repasse e operações do FNE-Repasse-Lei 7.857-Art.9 a;
- iii.** Rendas de Financiamentos Rurais e de Financiamentos Agroindustriais, alcançaram R\$ 236,4 milhões em 2018, contra R\$ 303,1 milhões em 2017, perfazendo uma redução da ordem de 22,0% na comparação com o exercício anterior. Dentre os principais motivos para este decréscimo, destacam-se a redução da carteira de crédito em função da liquidação de operações, bem como o menor volume de efetivação de Rendas a Apropriar em 2018, decorrentes da liquidação de operações pela Lei 13.340;
- iv.** Receitas de Operações de Infraestrutura e Desenvolvimento, cresceram 44,4% e totalizaram R\$ 284,1 milhões em 2018, contra R\$ 196,7 milhões em 2017. Esse acréscimo é explicado, principalmente, pelo comportamento da variação cambial, que em 2018 foi positiva em 17,86%, contra uma variação de 1,49%, também positiva, em 2017;
- v.** Receitas de “Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo” perfizeram um total de R\$ 247,8 milhões em 2018, contra R\$ 154,7 milhões em 2017, o que representa um acréscimo da ordem de 60,2%; e
- vi.** Receitas de Operações em Moeda Estrangeira, cujas rendas tiveram um acréscimo da ordem de 62,2% e alcançaram R\$ 13,5 milhões em 2018, contra

R\$ 8,3 milhões em 2017. Tal crescimento é explicado, basicamente, pelo comportamento da variação cambial, que, em 2018, teve variação positiva de 17,86%, contra uma variação de 1,49%, também positiva, em 2017;

- b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários – O resultado de operações com títulos e valores mobiliários, no ano de 2018, foi de R\$ 2,732 bilhões, correspondendo a um decréscimo de R\$ 541,6 milhões, quando comparado ao mesmo período de 2017. Tal redução decorre, principalmente, da redução na taxa SELIC (variação de 9,94% no primeiro em 2017 contra 6,40% em 2018).
- c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos – O resultado de 2018 apresentado nesta rubrica foi positivo quando comparado com o ano anterior: passou de R\$ 2,9 milhões negativos em 2017 para R\$ 144,4 milhões positivos em 2018. Tal crescimento é explicado, predominantemente, pela variação positiva do dólar (1,51% no ano de 2017 ante 17,13% em 2018) frente ao custo (CDI) dos contratos de SWAP (9,93% no ano de 2017 ante 6,39% em 2018).
- d) Resultado de Operações de Câmbio – Os lançamentos desta rubrica são compostos por encargos de operações de crédito de exportação, comissões, tarifas e correção cambial de ativos em moeda estrangeira. Em 2018, este resultado totalizou R\$ 310,9 milhões, o que representou elevação de 181,9% em relação aos R\$ 110,3 milhões alcançados no ano anterior. O crescimento no resultado de operações de câmbio foi decorrente, em grande parte, do acréscimo verificado nas rubricas Rendas de Variações e Diferenças de Taxas e Rendas de Disponibilidades em Moedas Estrangeiras, em função do aumento de 78,4% da carteira de operações de comércio exterior ao longo do exercício, bem como da desvalorização anual de 17,1% do Real em relação ao Dólar Americano.
- e) Resultado de Aplicações Compulsórias - foi de R\$ 25,4 milhões em 2018, contra R\$ 22,7 milhões em 2017, representando crescimento de 11,9%. A variação R\$ 2,7 milhões decorreu, em grande parte pela valorização dos títulos vinculados ao FCVS que foram negociados com ágio no mercado secundário, resultando com isso na reversão do valor provisionado para ajuste do crédito a valor de mercado conforme Circular Bacen nº 3.794, de 15/06/2016.

#### **10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

O impacto no resultado operacional do Banco decorrente de oscilações nas taxas de juros e inflação é inerente à atividade bancária. Os efeitos permeiam toda a Demonstração de Resultados da Instituição. Dessa forma, apresentamos os impactos que as variações do IGP-M (índice de preços) e a cambial acarretaram em nossas receitas e despesas, por serem os itens mais relevantes.

O principal ativo do Banco indexado ao IGP-M corresponde às operações refinanciadas com o Governo Federal, de acordo com a Lei 8.727, de 5.11.1993. A redução da receita foi influenciada pela variação negativa do IGP-M e pela liquidação da Operação ocorrida em Agosto/2017.

### QUADRO 11 - OPERAÇÕES INDEXADAS ÀS VARIAÇÕES DO IGP-M

Em R\$ milhões

Operações Refinanciadas com o Governo Federal	2016	2017	2018
Saldos em 31.12	522	-	-
Receitas do exercício	72	36	-

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo. A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

### QUADRO 12 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2018	31.12.2017	Especificação	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades	3.879	16.247	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	45.188	27.953	Relações Interdependências	7.996	5.660
Operações de Crédito	569.098	615.161	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	66.964	68.241
Outros Créditos	879.154	937.045	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.729.785	1.647.993
			Outras Obrigações	905.756	960.012
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.497.319</b>	<b>1.596.406</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.710.501</b>	<b>2.681.906</b>
Operações de <i>Swap</i>	1.148.619	1.011.772			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.645.938</b>	<b>2.608.178</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.710.501</b>	<b>2.681.906</b>

**10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

O Banco do Nordeste do Brasil S/A não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional; constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**10.4. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão de Valores Mobiliários, nos últimos 3 exercícios foram:

- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);

**10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O Banco alterou sua política contábil em relação ao reconhecimento dos créditos tributários sobre passivos contingentes, que até 31.12.2017 não eram registrados, somente divulgados nas notas explicativas e, a partir de 31.12.2018, passaram a ser reconhecidos a medida que as projeções indiquem sua realização no prazo de 10 anos, e também sobre ganhos e perdas atuarias, que eram reconhecidos somente até o limite do que seria realizado por meio das contribuições estimadas nos próximos 10 anos, e passaram a ser integralmente reconhecidos. O Banco procedeu também ajustes de classificação de créditos tributários lançados às rubricas de Ajuste de Avaliação Patrimonial, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Resultado do Exercício de 2017. Conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses efeitos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos do exercício findo em 31.12.2017, que estão sendo rerepresentados:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Rerepresentado
Ativo Realizável a Longo Prazo	31.585.567	208.674	31.794.241

Outros Créditos	2.078.852	208.674	2.287.526
Diversos	2.106.090	208.674	2.314.764
Total do Ativo	54.046.937	208.674	54.255.611
Patrimônio Líquido	3.542.037	208.674	3.750.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870
Total do Passivo	54.046.937	208.674	54.255.611

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Imposto de Renda e Contribuição Social	(437.794)	34.640	(403.154)
Ativo Fiscal Diferido	(326.340)	34.640	(291.700)
Lucro Líquido	681.745	34.640	716.385
Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) - em R\$	7,89	0,40	8,29

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	3.542.037	208.674	3.750.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(998.758)	147.804	(850.954)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	60.870	60.870

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício	681.745	34.640	716.385
Lucro Líquido Ajustado	1.899.249	34.640	1.933.889
Outros Créditos	192.215	(74.015)	118.200
Ajuste de Exercício Anteriores	7.215	39.375	46.590

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.000.744	(34.640)	966.104
Federais	969.792	(34.640)	935.152
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	681.745	34.640	716.385
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	516.731	34.640	551.371

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	31.12.2017		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido	681.745	34.640	716.385
Outros Resultados Abrangentes	(342.089)	39.375	(302.714)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	199.981	39.375	239.356

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigente até

31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A partir de 01.01.2019, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 15%. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, provisões contingenciais (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras), Rendas a Apropriar (RAP), provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de hedge.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios definidos pela Resolução CMN n.º 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen n.º 3.171, 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudo técnico elaborado semestralmente. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

#### **10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, de 13 de fevereiro de 2017, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, como também o Parecer de 05 de fevereiro de 2018, sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram emitidos sem ressalvas ou ênfases.

#### **10.5. Políticas contábeis críticas adotadas, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução n.º 4.144, de 27.09.2012, do CMN);

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

## **Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico. Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

### **b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

### **c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

**f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)**

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para

negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado,

líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade

financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de

aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para

Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de

vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais

mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

**g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

***Hedge Accounting***



Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

#### **h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### **i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

#### **j) Permanente**

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

#### **k) Tributos**

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigente até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A partir de 01.01.2019, a alíquota da CSLL retorna ao percentual de 15%. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, provisões contingenciais (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras), Rendas a Apropriar (RAP), provisão do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de hedge.

Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.059 de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, 30.12.2002, esta última estabelecendo os procedimentos para reconhecimento e registro contábil, e estão suportados por estudo técnico elaborado semestralmente. Aplicam-se, também, as disposições normativas da CVM no que não conflitar com as normas emanadas do CMN e do Bacen.

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

#### **m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

**n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

**o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

**p) Dívidas Subordinadas**

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

**q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício

ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

**r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**s) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

**10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - iv. contratos de construção não terminada**
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicados no item 10.6:**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em decorrência da operação**

Como informado no item 10.6 deste comentário, não existem itens relevantes a serem apresentados, e, como consequência, não há o que se comentar.

**10.8. Principais elementos do plano de negócios:**

- a. investimentos, incluindo:**
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Diante do que sugere o item, cumpre esclarecer que os investimentos realizados pelo Banco do Nordeste estão inseridos no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), enquadrando-se nos programas e ações conforme detalhamos a seguir:

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 4106 - Manutenção da infraestrutura de atendimento

Esta ação contempla as intervenções realizadas nas unidades do Banco, dentro do escopo do Projeto de Modernização de Agências, o qual prevê intervenções nos sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação. Foram realizadas em 2018 intervenções de pequeno, médio e grande porte em diversas Unidades do BNB, conforme se segue:

- Reformas parciais nas agências de Nova Russas, Quixadá e Lavras da Mangabeira – CE;
- Licitação para reforma geral da agência de Codó – MA;
- Mudança das agências Natal Tirol – RN e Fortaleza Aldeota – CE para novas instalações;
- Elaboração de projetos e execução serviços de instalação / atualização de sistemas de proteção contra incêndio em 45 agências;
- Execução de ajustes de acessibilidade e intervenções de leiaute voltadas à melhoria das condições de segurança em 25 Unidades;
- Execução de ajustes de leiaute para ampliação dos ambientes de autoatendimento em 60 Unidades;
- Intervenções de pequeno porte para atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 30 Unidades;
- Realização de processos de Chamamento Público para transferência das agências São Luís Renascença – MA e Salvador Pituba – BA para novas instalações.

O Banco do Nordeste conta com 292 agências e 475 unidades de microcrédito para atender os 1.990 municípios de sua área de atuação na região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme tabela abaixo:

Pontos de atendimento físico do Banco do Nordeste, Dez/2018

UF	Agências	Unidades de microcrédito	Total de pontos	Municípios atendidos
Alagoas	17	24	41	102
Bahia	59	77	136	417
Ceará	45	138	183	184
Espírito Santo	5	0	5	28
Maranhão	29	43	72	217
Minas Gerais	19	26	45	168
Paraíba	20	38	58	223
Pernambuco	40	39	79	185
Piauí	20	43	63	224
Rio Grande do Norte	21	25	46	167
Sergipe	17	22	39	75
<b>Total</b>	<b>292</b>	<b>475</b>	<b>767</b>	<b>1990</b>

- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Contempla as intervenções realizadas nos prédios da Direção Geral, não ocupados por agências. Destacam-se nesse quesito a realização de diversos ajustes no leiaute da Direção Geral – CAPGV, resultantes de alterações na estrutura organizacional de vários órgãos, além de outras intervenções significativas, conforme se segue:

- Mudança para novas instalações dos escritórios da Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, Superintendência Estadual do Ceará, Gerência de Reestruturação de Ativos – RN, e das Gerências de Contencioso e Assessoria Jurídica do Ceará e Rio Grande do Norte;
  - Ajustes e adaptações de leiaute realizados em 13 blocos do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), contemplando diversas Unidades;
  - Outras intervenções de pequeno porte para atendimento de demandas de infraestrutura predial no CAPGV e em mais 10 Unidades da Direção Geral instaladas fora do CAPGV.
  - Licitação para reforma geral da cozinha do restaurante do CAPGV.
- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4102- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos (Direção Geral)

Esta ação corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, segurança, veículos e comunicações para a Direção Geral. Contempla também a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, no breaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado. Nesse sentido foram adquiridos cerca de 900 equipamentos para sistemas de ar condicionado, com vistas à modernização do parque de equipamentos em utilização nas diversas agências do Banco. Foram também adquiridos 9 novos grupos geradores de grande porte para o CAPGV.

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 3252 – Instalação de pontos de atendimento bancário

Corresponde à instalação de novas agências e pontos de atendimento. Não ocorreu instalação de novas agências em 2018.

Conforme o Plano Estratégico Corporativo e o Plano Estratégico de TI, foram conduzidos vários projetos de sistemas aplicativos e de infraestrutura de TI, visando ampliar e aprimorar o ambiente computacional que suporta o crescimento dos negócios do Banco do Nordeste e, ainda, atender a determinações legais (*compliance*). A seguir, os projetos estratégicos de TI concluídos em 2018:

- Compartilhamento Caixa Econômica (Lotéricas): A disponibilidade do novo canal de acesso para os clientes vem possibilitando a realização de consulta de saldo, pagamento de boletos e saques. O compartilhamento com as lotéricas tem o objetivo de aumentar a capilaridade do BNB, melhorando o serviço para os clientes e reduzindo as filas nas agências do Banco;

- Correspondentes Bancários: Além do compartilhamento com as lotéricas da Caixa Econômica, a TI do Banco do Nordeste vem trabalhando ativamente na integração com novos correspondentes bancários (Saque e Pague, Pagfácil e Mais Você), em que os clientes também podem realizar transações de saque, saldo e pagamentos (reembolso). Atualmente está em operação o compartilhamento com a rede Saque e Pague, com um terminal disponível no CAPGV. Até o início do mês de dezembro/18, foram realizadas mais de 7 milhões de transações em todos os correspondentes bancários;
- Supervisão ACJ: A supervisão do processo de Autorização de Cobrança Judicial (ACJ) agora é realizada de forma automática. A intenção é facilitar o gerenciamento do cumprimento dos prazos estabelecidos e minimizar os riscos de falha humana. Como resultado, até o início do mês de dezembro/18, foram geradas de forma automática mais de 3 mil instâncias de ACJs, que sofreram perda de prazo estabelecido em normativos internos, gerando, também de forma automática, processo para atribuição de responsabilidades;
- Projeto SILOC - Compensação Sessão Única: A compensação de cheques agora é realizada em 24 horas para todos os valores. Com esta otimização todos os cheques são compensados em 24 horas, beneficiando, principalmente, os cheques de valores abaixo de R\$ 300,00 que tiveram o prazo de bloqueio reduzido de 48 para 24 horas. Com isso os clientes podem retirar os valores na metade do tempo anterior;
- Evoluções no Mobile e Internet Banking: Foram disponibilizadas novas funcionalidades para a versão mobile do Internet Banking. Os usuários podem acessar suas contas em dispositivos móveis utilizando a impressão digital para efetuar o login, e também o token para validação de transações no internet banking. Novas funcionalidades permitem ainda aos clientes acessar o extrato do cartão de crédito sem redirecionamento, acessar a lista de compras realizadas e fazer pagamentos sem a necessidade de imprimir a fatura. Além disso, estão disponíveis, nas lojas virtuais de aplicativos, a funcionalidade de Chat no Mobile Banking para clientes do Escritório Digital, e o app BNB GEO (Geodésicas). Os clientes começaram ainda a utilizar, na Plataforma Mobile, a funcionalidade que permite simulações de compras com o Cartão BNB/BNB AGRO. Registre-se que o volume total acumulado de transações nas plataformas Mobile e Internet Banking superaram, até o início do mês de dezembro/18, a marca de 25.400 operações;
- Conta Corrente e Cadastro Digital: Foram ainda implementados serviços de atendimento digital via chat, exclusivo para clientes do Escritório Digital. Até o início do mês de novembro/18, foram abertas mais de 2.500 contas digitais para pessoa física;
- Sistema de Gerenciamento da Cobrança Extrajudicial Terceirizada (SGC): A solução para gerenciamento da cobrança extrajudicial terceirizada visa melhorar o controle e o tratamento de informações tramitadas entre o Banco (agente financeiro) e a Empresa Contratada nas operações encaminhadas para cobrança extrajudicial. Mais recentemente, no SGC, foi realizada a integração dos boletos do SGC com a CIP e uma melhoria de performance da geração de lote de operações em cobranças terceirizadas. Conforme apurado no início do mês de dezembro/18, há, aproximadamente, 51 mil operações em cobrança, com saldo devedor mínimo de 265 R\$ milhões e máximo de R\$ 305 milhões, divididos entre 36 empresas credenciadas para este serviço;

- App Georreferenciamento: Atendendo a determinação do Banco Central, que tornou obrigatória a coleta de coordenadas geodésicas de perímetros de áreas rurais em operações de valor superior a R\$40 mil, foi desenvolvido o aplicativo móvel para as plataformas iOS e Android que realiza o georreferenciamento de áreas rurais, objetos de financiamentos de custeio agrícola e de alguns tipos de financiamentos de investimento (formação de lavouras permanentes e reflorestamento, por exemplo);
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO): Foi concluída uma importante etapa do projeto que agrega valor ao negócio do Banco e atende recomendações de Auditoria. Destacam-se as funcionalidades implantadas: cadastro e envio do Relatório de Comprovação de Perda (RCP) bem como da súmula de cálculo da cobertura do PROAGRO, automatização do cálculo da súmula, implementação de novas regras para consulta de proposta de crédito e Comunicação de Perda (COP), além do controle dos perfis de acesso ao sistema;
- Nova Plataforma de Cobrança: Já está em operação o novo sistema de cobrança, em parceria com a CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos), cujo objetivo é prevenir fraudes nos processos de emissão e cobrança de títulos (boletos). O sistema está em produção assistida e segue o cronograma da Febraban, que estabeleceu mais três “ondas” com faixas decrescentes ( $\geq$  R\$ 200,00,  $\geq$  R\$ 100,00 e  $\geq$  R\$ 50,00) para o valor de pagamento. Registre-se que, até o início do mês de dezembro, foram registrados mais de 17,5 milhões de boletos, totalizando mais de R\$ 46,67 bilhões;
- Sistema FIES: Foi implantada a primeira versão do sistema que viabilizou o BNB operacionalizar financiamentos estudantis na modalidade P-FIES. Desde então, foram cadastradas, até o início do mês de dezembro/18, mais de 300 operações nesta modalidade;
- Portal Acordo Planos Econômicos: A construção do site para acesso ao Portal de Acordo Econômicos da Febraban possibilita aos clientes do Banco consultarem informações referentes aos Planos Econômicos. Conforme apurado no início do mês de dezembro/18, foram recebidos até o momento 53 pedidos de acordo;
- Controle de Processos Jurídicos - Módulo Financeiro: O projeto teve como objetivo o aperfeiçoamento dos controles das garantias de juízo prestadas pelo BNB nos processos em que é parte, notadamente os que envolvem Depósitos Judiciais efetuados pelo Banco, bens móveis e imóveis, além de títulos colocados à disposição da justiça. Registre-se que, conforme apurado no início do mês de dezembro/18, foram tramitados aproximadamente 1.900 processos jurídicos no novo sistema;
- Gestão e Distribuição de Processos Jurídicos: Foram implantadas novas regras Sistema de Controle de Processos Jurídicos, de modo a automatizar a distribuição de processos terceirizados e passíveis de terceirização. Conforme apurado no início do mês de dezembro/18, foram distribuídos cerca de 4.000 processos e 2.000 autorizações de cobrança por meio das novas rotinas implementadas;
- Solução e-Financeira: Envio de informações relativas às operações financeiras realizadas pelos clientes: depósito, poupança, transferências, aplicações financeiras, câmbio, fundos de investimento. A Instrução Normativa RFB 1571, de 02/07/2015, da Receita Federal do Brasil, estabeleceu, também, a necessidade de identificar clientes considerados “US Person” e a prestação das informações exigidas pelo Acordo FACTA firmado com os Estados Unidos;



- Ações do Grupo de Trabalho de Revisão do Modelo de Gestão de TI: Este Grupo de Trabalho foi instituído no início de 2018 e parte das ações que visam a melhoria dos serviços foram concluídas em 2018. Dentre todas as ações previstas, destacamos as seguintes, que foram coordenadas pelo Ambiente de Governança de TI no decorrer deste ano: Reforçar equipes de atendimento dos projetos da plataforma de sistemas de crédito, Simplificar e agilizar o fluxo de gestão de demandas de sistemas, Aculturação da metodologia ágil para desenvolvimento de software por meio de projetos pilotos, Redefinir modelo de priorização de projetos e Identificar e Resolver os Problemas Causas-Raízes dos Incidentes Recorrentes;
- Modernização do Data Center: foi concluída a atualização tecnológica dos servidores de armazenamento de dados. De forma geral, a solução compreende um sistema de hardware e software que armazena, disponibiliza e gerencia todas as informações digitais geradas pelos aplicativos e processos de negócio do Banco do Nordeste, trazendo, dentre outros, os seguintes benefícios: Base tecnológica para a construção da nuvem computacional, agilidade no provisionamento de recursos de armazenamento, distribuição dos recursos entre os sítios primário e secundário sem desperdício e com segurança e gerenciamento simplificado;
- Ampliação da capacidade de mainframes: foi realizada aquisição, sob a modalidade de arrendamento mercantil, de 2 (dois) equipamentos servidores IBM modelo z14 zR1, com capacidade de processamento de 5.339 MIPS cada, e garantia de assistência técnica, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para os sítios primário e secundário. Além da elevação da capacidade computacional, podemos citar como benefícios os seguintes aspectos: menor custo mensal pelo uso de softwares, redução no consumo de energia elétrica, da ordem de 40% a 50%, diminuição de demanda por refrigeração e redução na ocupação de espaço físico;
- Nova Solução de Rede Integrada de Comunicação WAN (SD-WAN): foi contratada a nova solução de rede para permitir a transferência de dados, voz e imagem entre Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - CAPGV, seu Site Secundário e as Unidades Distribuídas do Banco e seus Parceiros. Contando, ainda, com tecnologia WANOP, que, por meio de técnicas diversas, otimiza e acelera o tráfego de rede. Dentre os principais benefícios, destacamos: redução de custos superior a 40%, maior agilidade, disponibilidade e desempenho para as aplicações de negócios, maior segurança com o uso de equipamentos do tipo firewall e maior largura de banda, vez que todas as Unidades serão beneficiadas com upgrades de 50% a 600%.

Outras importantes soluções de sistemas aplicativos estão em pleno desenvolvimento, gerando entregas parciais que já possibilitam a melhoria de processos da Instituição, o atendimento a determinações legais e o incremento dos negócios do Banco. Dentre os projetos de maior envergadura, nessa categoria, é possível destacar:

- Plataforma de Crédito Especializado – PCE: O projeto, a ser concluído em abril/19, busca modernizar a plataforma de concessão de Crédito do Banco. As fases atuais são racionalizadas, contemplando automatizações e integrações entre os sistemas legados, assim como o desenvolvimento de uma nova plataforma, intensificando as fases do processo. O PCE trará ganhos significativos em controle, agilidade e segurança, eliminando o retrabalho e reduzindo o tempo de atendimento ao cliente;
- Gerenciamento de Controle de Garantias: O projeto irá permitir o monitoramento das garantias oferecidas às operações de crédito do Banco, integrado a outros sistemas, de

modo que a instituição possa acompanhar a situação dessas garantias, por meio de relatórios analíticos e gerenciais e mecanismos de monitoramento;

- Cartão BNB 2.0: Está sendo desenvolvido o Cartão BNB 2.0, com a criação dos Cartões de Custeio, Desembolso e Cartão Agroindústria. Através dos canais Internet Banking/Mobile Banking, o cliente poderá realizar compras dos itens a serem financiados pelo Banco, escolhendo o fornecedor de sua preferência;
- Nova Plataforma de Automação Bancária: O volume financeiro e número de transações atendidos pelos canais externos tem crescido substancialmente no Banco, quando comparado com o canal agência. Esse projeto irá possibilitar uma alta disponibilidade para autorização de transações para os canais externos e agências, através da modernização tecnológica e arquitetural do Sistema de Automação;
- Novo Sistema de Suporte Técnico (SIAT 2.0): O novo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos irá prover melhor controle e gestão de empreendimentos financiados pelo Banco (ou em fase de estudo), provendo suporte às atividades de: avaliação de bens, vistorias, assessoria empresarial e técnica, diagnósticos, inspeções e pareceres técnicos;
- Guarda e Inventário de Instrumentos de Crédito: Solução para guarda e inventário de Instrumentos de Crédito, em substituição à solução atual, proporcionando redução de risco de perdas e prejuízos, a partir da melhoria no controle dos instrumentos de crédito, otimização do processo de crédito, possibilidade de integração com os demais sistemas de crédito, maior desempenho e redução de custos de manutenção;
- Integra PRD: O projeto estratégico de integração do processo de renegociação de dívidas irá implantar melhorias no processo, possibilitando a criação de pontos de controle e a integração dos sistemas de informação utilizados para efetivar a renegociação de dívidas;
- CrediAmigo Digital: Projeto estratégico que visa elevar a carteira de clientes do Programa CrediAmigo, por meio da modernização e otimização dos processos envolvidos e do desenvolvimento de diversas apps para o novo modelo de negócios e de atendimento aos clientes, possibilitando a operação em escala nacional, a redução de custos e de riscos operacionais e a automatização da análise e deferimento de propostas;
- Melhorias no Controle Patrimonial do FNE: O projeto visa a implementação de novas funcionalidades que permitirão conferir maior confiabilidade ao processo;
- Novo Site Secundário: Construção do novo site secundário para permitir o funcionamento dos Site Principal e Secundário na modalidade Ativo-Ativo com alta disponibilidade para o funcionamento dos aplicativos e serviços de TI do Banco;
- Fábrica de Software Tradicional e Ágil: Elaboração de editais para contratação de novas fábricas de software nos modelos de desenvolvimento Tradicional e Ágil. Essas contratações têm como objetivo aumentar a quantidade de entregas de soluções de TI em produção ao mesmo tempo em que visa diminuir os prazos de entrega dessas soluções;
- Solução de Nuvem Privada: Contratação de solução de gerenciamento de nuvem privada visando a utilização de recursos computacionais internos em condições ótimas e integração desses recursos com a infraestrutura, plataforma e serviços externos. Essa contratação tem por objetivo possibilitar o provisionamento de recursos de tecnologia

da informação de forma otimizada com alocação dos custos de acordo com a utilização dos recursos;

- Solução de Chatbot com IA para Atendimento: Utilização de software nos canais de atendimento a clientes externos e internos para automatizar e aumentar a capacidade de atendimento, reduzindo tempo e custos envolvidos;
- Centralizar as Bases de Dados dos Sistemas de Crédito: Aumentar estabilidade dos si Modernizar tecnologia e arquitetura dos sistemas de crédito
- Atualizar a tecnologia utilizada nos sistemas de crédito de forma a possibilitar que sistemas executem com maior eficiência no uso dos recursos computacionais e com manutenção mais fácil pelo uso de tecnologia atualizada.

Por fim, o Banco do Nordeste realiza investimentos permanentes no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços, principalmente no tocante à tecnologia da informação.

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os investimentos realizados em 2018 tiveram como fonte de financiamento recursos próprios da instituição.

## **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em 2018 foram alienados 11 imóveis de propriedade do Banco, com recuperação de capitais empatados da ordem de R\$ 18 milhões, representando cerca de 39% da carteira de bens não de uso próprio.

## **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva**

Como parte do processo de modernização de seus sistemas, o Banco do Nordeste adquiriu e encontra-se em processo de implantação o software integrado de gestão empresarial baseado em ERP-Enterprise Resource Planning, da empresa SAP. Essa solução fornecerá apoio à gestão do Banco na operacionalização dos processos administrativos nos níveis operacional, tático e estratégico.

## **c. novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste continuamente realiza investimentos no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

As propostas de criação e melhoria de produtos e serviços são submetidas pelas áreas proponentes à análise do Comitê de Produtos. Ao serem apreciadas pelo Comitê, as propostas são avaliadas de acordo com vários aspectos, como por exemplo: adequação às práticas de mercado, grau de atratividade e conseqüente adesão do cliente ao produto, viabilidade financeira, riscos de crédito, mercado e liquidez, impacto sobre os sistemas do Banco e riscos relativos à segurança da informação.

#### **10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens**

A consistência da base contábil do Banco é feita por meio de processos centralizados e descentralizados de conciliação dos saldos dos sistemas com os saldos contábeis.

O Banco conta com o Sistema Integrado de Contabilidade que consolida todos os lançamentos e saldos das rubricas contábeis, permitindo a consistência da base contábil e a geração dos relatórios legais e gerenciais devidamente conciliados. Os eventos contábeis são registrados por meio do sistema do Sistema de Entrada de Dados por Eventos que realiza a integração entre os diversos sistemas comerciais e administrativos do Banco com o Sistema Integrado de Contabilidade.

Além disso, são adotados procedimentos que permitem monitorar os saldos contábeis patrimoniais e de resultado, dentre os quais destacamos:

1) Cronograma de Elaboração de documentos a serem remetidos ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e divulgados, visando garantir que todas as etapas da elaboração de demonstrações financeiras sejam devidamente cumpridas, especialmente, quando o processo ocorre de forma semiautomática.

2) Processo de identificação dos fatos contábeis mais relevantes em cada conta que compõe a apuração do resultado de cada mês, de forma antecipada ao encerramento das demonstrações, permitindo a correção de eventuais inconsistências contábeis.

3) Orientações contábeis periódicas sobre temática contábil, abrangendo regularização de ocorrências contábeis, observância do Regime de competência mensal e conciliação contábil e gerencial.

Esses instrumentos estabelecem normas, procedimentos e rotinas para elaboração e encerramento dos relatórios contábeis e gerenciais, objetivando a correta elaboração e acompanhamento das informações contábeis, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação societária e normas dos órgãos reguladores, Banco Central e

Comissão de Valores Mobiliários. A normatização interna permite melhor disseminação das atividades e documentação dos procedimentos aplicados aos processos de registros contábeis, apuração de resultados, geração de demonstrativos legais e gerenciais.

Os procedimentos internos para elaboração dos relatórios contábeis e gerenciais são normatizados abrangendo as Normas Contábeis do Sistema Financeiro Nacional (BRGAAP) e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS/IAS).

Orientações procedimentais sobre escrituração de fatos contábeis, manutenção e atualização do Plano de Contas, bem como registros de movimentação financeira de recursos entre as unidades do Banco e apropriação de receitas e despesas, encontram-se disciplinados nos manuais contábeis de acesso a todo o corpo funcional, definindo os objetivos e as características funcionais dos sistemas contábeis. Dispõe ainda sobre a estrutura, preenchimento, processamento e prazos para a remessa das informações periódicas aos diversos órgãos externos tais como BACEN, CVM e BNDES. Disciplina os procedimentos práticos que são observados para o correto registro contábil de atos e fatos relacionados às atividades do Banco, tais como classificação, reconhecimento, mensuração e baixa de produtos e serviços, assim como divulgação de relatórios financeiros em consonância com o Padrão Contábil Internacional-IFRS.

Os sistemas de suporte às atividades da contabilidade são: Sistema Integrado de Contabilidade; Sistema de Entrada de Dados por Eventos - SEDE; Sistema de Conciliação de Contas; e Sistema de Demonstrações Financeiras .

Dentre os objetivos do Sistema Integrado de Contabilidade destacam-se:

1. Realização da integração entre os diversos sistemas informatizados do Banco, formando uma base de dados única, com os movimentos contábeis por eles gerados, o que permite exercer o controle e gerenciamento dos recursos colocados à disposição do Banco, pelo registro dos eventos financeiros, patrimoniais e administrativos;
2. Geração da base de dados para o Sistema de demonstrações financeiras elaborando os demonstrativos contábeis e demais informações requeridas pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários;
3. Disponibilização de saldos contábeis para o Sistema de Conciliação de Contas, base para o processo de conciliação de contas e regularização de ocorrências contábeis;
4. Gerenciamento de rubricas de caráter transitório, com acompanhamento e cobrança de pendências, contribuindo para a melhoria dos controles internos realizados;
5. Geração de dados e informações contábeis e financeiras, dentro de parâmetros confiáveis, para tomada de decisão pelos Administradores do Banco; e
6. Armazenamento e disponibilização, para consulta on-line ou via relatórios/arquivos, de partidas contábeis, fichas de escrituração, balancetes diários, balancete consolidado, relatórios de ocorrências e outros documentos da contabilidade do Banco.

Quanto ao Sistema de Entrada de Dados por Eventos, tem-se o cumprimento dos principais objetivos:

1. Centralizaras atualizações/alterações no Plano de Contas e nos esquemas contábeis utilizados na contabilização do Banco;
2. Promover a integração com os diversos sistemas do Banco para viabilizar o recebimento dos movimentos contábeis, em forma de eventos, de modo que, havendo alterações de ordem contábil, essas alterações não impliquem em manutenção nos sistemas integrados;
3. Fornecer aos administradores do BNB uma base de dados para a tomada de decisão, mediante geração de relatórios gerenciais.

Por sua vez, o Sistema de Conciliação de Contas permite a análise e adoção de providências para a consistência da base de dados da contabilidade e a conciliação diária das diversas rubricas contábeis.

O Sistema de Demonstrações Financeiras permite, dentre outros, a geração de demonstrativos contábeis para publicações legais e envio aos órgãos de controle externo (BACEN, CVM, Receita Federal do Brasil, etc.), emissão de relatórios gerenciais para análise de variação de rubricas contábeis, consultas de saldos e demais informações que dão suporte a tomada de decisões pelos órgãos de administração e de gestão.

Destaque-se que a Auditoria Interna do Banco do Nordeste, por força do Artigo 9º, item III, § 3º, inciso II, da Lei 13.303, de 30/06/2016, realiza avaliação sistemática dos procedimentos e das regras de contabilização, conciliações, integridade das informações, geração dos informes para encaminhamento aos órgãos reguladores, demonstrações financeiras e notas explicativas, com ênfase nos riscos inerentes e aos controles mitigadores adotados pelo Banco.

Fortaleza, 26 de Fevereiro de 2019

**DIRETORIA:** Romildo Carneiro Rolim (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração e Diretor Financeiro e de Crédito) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)